



Sabrina Albuquerque Santos

## **Meu Black é Power!**

Uma abordagem sobre o orgulho crespo no Rio  
de Janeiro

**MONOGRAFIA**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Rio de Janeiro, maio de 2018.

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Curso de Especialização em História e Cultura Afro-  
descendente

**Meu Black é Power!**

Uma abordagem sobre o orgulho crespo no Rio  
de Janeiro

Sabrina Albuquerque Santos

Orientadora: Profa. Olivia Nogueira Hirsch

Sabrina Albuquerque Santos

## **Meu Black é Power!**

**Uma abordagem sobre o orgulho crespo no Rio de Janeiro**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História e Cultura Afrodescendente.

Orientadora: Profa. Olivia Nogueira Hirsch

Rio de Janeiro

Maio de 2018

## Agradecimentos

Agradeço, com carinho, àqueles que me acompanharam no percurso da pesquisa e me encorajaram a seguir adiante.

Especialmente, aos meus pais Sara e Almeida, pelo apoio incondicional, o aconchego, a força e o alicerce de que tanto preciso. Sou sempre muito grata a vocês!

O meu agradecimento vai também ao querido Renato pelo afeto e parceria na vida.

À Prof<sup>a</sup> Olivia que contribuiu para a elaboração da pesquisa, com suas reflexões e indicações fundamentais. Meus agradecimentos aos professores que compõem a Banca Examinadora, pela disponibilidade na leitura e pelos apontamentos para o enriquecimento do trabalho.

Agradeço, ainda, aos amigos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho; acolhendo minhas dúvidas e angústias. Em especial, às queridas amigas Mariana e Samille, que, em uma conversa informal, me inspiraram para a pesquisa sobre o presente tema.

## **Resumo**

SANTOS, Sabrina Albuquerque. **Meu Black é Power! Uma abordagem sobre o orgulho crespo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2018. 69p. Monografia - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica.

A presente monografia discorre sobre o atual movimento de valorização do cabelo crespo, tendo como foco suas expressões na cidade do Rio de Janeiro. O estudo atenta para as relações raciais e ideologias racistas, no Brasil; aborda o corpo negro feminino, entendendo o cabelo do negro como um símbolo identitário. Além disso, analisa o recente processo de aceitação e exaltação do cabelo crespo, traço fenotípico que passa a ser positivado. A pesquisa apresenta um panorama sobre o movimento de orgulho crespo na mencionada cidade, enfatiza a transição capilar e a atuação das influenciadoras digitais, em meio eletrônico. A análise de conteúdos divulgados nas mídias digitais revela, portanto, a sua importância.

## **Palavras-chave**

Cabelo crespo. Identidade negra. Transição capilar.

## **Abstract**

SANTOS, Sabrina Albuquerque. **My Black is Power! An approach to curly hair pride in Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2018. 69p. Monografia - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica.

This study discusses the current appreciation of curly hair, focusing on its expression and emphasizing its racial and ideological relations in Rio de Janeiro, Brazil. It was considered how the black female body takes into account the contact with black hair as an identity symbol. In addition, it analyzes the last process of acceptance and exaltation of curly hair, a phenotypic trait that has been recognized as positive. The research presents an overview of the movement of acceptance and pride in curly hair and the attitudes of the city's population, emphasizing the gradual transition towards this hair style and the influence of the media especially digital. Analyses of the content of the digital media has revealed the importance of this issue.

## **Keywords**

Curly hair. Black Identity. Capillary transition.

## Sumário

1.	Introdução	09
2.	Racismo e Resistência Negra	12
2.1.	Racismo científico e a construção de imagens sobre o negro no Brasil	12
2.2.	Racismo à brasileira e o ideal de embranquecimento	18
2.3.	Negros em Movimento: elementos contemporâneos	22
3.	Sobre cabelo e corpo negro feminino	29
3.1.	O corpo negro feminino e expressões identitárias	29
3.2.	Ancestralidade e resistência na cabeça	33
4.	Meu <i>Black é Power!</i>	38
4.1.	Orgulho Crespo no Rio de Janeiro	38
4.2.	Fortalecimento Crespo no Ciberespaço	45
4.3.	Transição Capilar: identidade negra em transformação	50
5.	Conclusão	60
6.	Referências Bibliográficas	62

## **Lista de abreviaturas**

EUA	Estados Unidos da América
FNB	Frente Negra Brasileira
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado contra a Discriminação Étnico-Racial
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
TEN	Teatro Experimental do Negro
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas



## Lista de figuras

Figura 1 -	Propaganda de linha de produtos para cabelos crespos	40
Figura 2 -	Divulgação de uma linha de produtos, com blogueiras	40
Figura 3 -	Divulgação do vídeo promocional de uma linha de cosméticos, com a cantora Ludmilla	41
Figura 4 -	Sete meninas crespas em ensaio fotográfico	42
Figura 5 -	Marcha do Orgulho Crespo (Rio de Janeiro)	44
Figura 6 -	Figura divulgada sobre a transição capilar	53
Figura 7 -	Foto publicada em blog sobre transição capilar	54
Figura 8 -	Divulgação do vídeo do canal Camilla de Lucas	56
Figura 9 -	Imagem de site especializado em cabelo	57
Figura 10 -	Divulgação de vídeo do canal Diva do Black	58

***Pixaim Elétrico***  
*Cristiane Sobral*

*Naquele dia  
meu pixaim elétrico gritava alto  
provocava sem alisar ninguém  
meu cabelo estava cheio de si*

*Naquele dia  
preparei a carapinha para enfrentar  
a monotonia da paisagem da estrada  
soltei os grampos e segui  
de cara pro vento, bem desaforada  
sem esconder volumes nem negar raízes*

*Pura filosofia  
meu cabelo escuro, crespo, alto e grave  
quase um caso de polícia  
em meio à pasmaceira da cidade  
incomodou identidades e pariu novas cabeças*

*Abaixo a demagogia  
soltei as amarras e recusei qualquer relaxante  
assumi as minhas raízes  
ainda que brincasse com alguns matizes  
confrontando o meu pixaim elétrico  
com as cores pálidas do dia.*

*Pixaim, elétrico!*

*Cristiane Sobral, Pixaim Elétrico.*

## 1. Introdução

A pesquisa apresenta como tema de estudo o recente movimento de ressignificação do cabelo crespo e sua expressão na cidade do Rio de Janeiro. A abordagem sobre o tema engloba aspectos ligados às relações raciais no Brasil, o corpo negro e suas representações; o cabelo crespo, seus significados sociais e o processo de positivação da estética negra.

A tendência de retorno ao cabelo “natural” e a aceitação do cabelo crespo, observada nos últimos anos, assume caráter político e se constitui enquanto uma forma de resistência, de afirmação da beleza negra e de empoderamento negro feminino. A proposta do estudo é entender este processo que parece imprimir um novo sentido ao corpo negro e a sua estética, elementos historicamente desqualificados, na medida em que o modelo de beleza no Brasil segue padrões eurocêntricos.

Uma etapa importante deste processo é a chamada transição capilar, prática comum entre as adeptas desse movimento, na qual a mulher opta por deixar os alisamentos para assumir o seu cabelo de origem (crespo ou cacheado). Uma das hipóteses da pesquisa é de que a transição capilar pode ser entendida como um ritual de transformação, não somente estético; mas também de consciência. Tendo em vista que o cabelo crespo revela a marca da ancestralidade negra, substituir alisamentos capilares pelo volume e pela textura do cabelo crespo representa o rompimento com referenciais estéticos e a valorização da própria origem étnica.

Observa-se que o mencionado processo transicional é uma tendência recente e envolve, em sua maioria, mulheres jovens que alisavam os fios e decidem assumir o cabelo crespo; o que implica, muitas vezes, em cortar quase todo o cabelo alisado para dar lugar ao “natural”. A manipulação da aparência através do alisamento do cabelo crespo, no Brasil, é identificada por Pinho (2004:118) como uma das formas de controlar as características negras e tornar o corpo mais próximo do “normal”, do “universal”, da “branquitude”.

O interesse sobre o tema surge a partir da observação cotidiana e da minha própria experiência. Além de ser mulher negra, há cerca de dois anos optei por ter o cabelo sem o chamado processo de “relaxamento”, com isso, passei a consumir

os conteúdos produzidos e divulgados pelas influenciadoras digitais sobre os cuidados capilares; além de investir mais em produtos especializados para os cuidados com o cabelo crespo.

Cabe explicitar que o termo “influenciadoras digitais” é utilizado para fazer referência a jovens que geram e compartilham conteúdos virtuais, com destaque nas redes sociais. Considero que aderi a este movimento e fui envolvida pela tendência de posituação da estética negra, passei a aceitar o cabelo mais crespo e volumoso, além de utilizar adornos como turbantes e outros de inspiração “afro”.

As indagações que motivam o estudo são as seguintes: Que movimento atual é este de valorização do cabelo crespo? Como as características negras, em especial o cabelo, passam a ser positivadas, na atualidade? De que maneira a afirmação do cabelo crespo assume caráter político? Trata-se de modismo? Este é apenas um nicho explorado pela mídia e pelo mercado?

O presente trabalho busca articular revisão bibliográfica sobre o tema, análise documental e pesquisa em mídias digitais, como fontes de informação relevantes para o desenvolvimento do estudo proposto. A pesquisa bibliográfica sobre a temática permite a interlocução entre a teoria e o objeto de análise em questão, contribuindo para a fundamentação teórica do estudo.

A análise documental utilizou as informações sistematizadas sobre a estética negra, cabelo crespo, identidade e envolve a consulta de registros, revistas, jornais, mídia impressa, eletrônica, vídeos, fotografias e materiais publicados que apresentem relevância na abordagem em torno da temática em questão.

Ressalta-se, ainda, a relevância da pesquisa, em meio eletrônico, já que as chamadas influenciadoras digitais e o conteúdo digital produzido pelas mesmas apresentam notável importância no movimento a ser observado. Através de redes sociais, páginas e canais virtuais, mulheres buscam apoio durante a transição capilar e obtêm informações sobre os cuidados com os cabelos crespos e cacheados.

O capítulo I apresenta a reflexão sobre os discursos raciais presentes na história brasileira que contribuíram para reforçar representações e ideologias depreciativas do negro. Além disso, destaca mobilizações negras importantes que conferiram visibilidade à temática racial, para o desenvolvimento de políticas afirmativas e a consequente elevação da autoestima negra.

O capítulo II realiza abordagem sobre o corpo da mulher negra e destaca aspectos culturais, identitários e políticos. Discorre, ainda, sobre o cabelo crespo,

enquanto elemento de afirmação e resistência aos padrões eurocêtricos e aponta momentos históricos nos quais a luta negra se utilizou da estética e do cabelo crespo, como instrumento reivindicatório; de modo articular com o momento presente.

O capítulo III apresenta o movimento de “retorno” ao cabelo crespo, que assume aderência no meio eletrônico e ganha os espaços públicos. Propõe desenvolver um panorama sobre a tendência de exaltação ao cabelo crespo, na cidade do Rio de Janeiro. Destaca referências negras, em meio digitais, que produzem e compartilham conteúdos sobre o tema.

A abordagem, portanto, busca refletir sobre aspectos relacionados ao movimento de exaltação do cabelo crespo, observado nos últimos anos, que apresenta alcance nacional e peculiaridades na cidade do Rio de Janeiro.

## **2. Racismo e Resistência Negra**

### **2.1. Racismo científico e a construção de imagens sobre o negro no Brasil**

A abordagem tida como científica sobre a noção de raça, no passado, contribui para a compreensão sobre a construção de imagens e representações relativas ao negro. Conforme indica Guimarães (2012), as teorias raciais e racistas supunham a existência de raças humanas e desenvolveram explicações biológicas para capacidades e habilidades. O autor atenta para o fato de que, no Brasil, estas teorias ganharam espaço e influenciaram estudiosos brasileiros, em um período histórico após a abolição da escravidão e de igualdade política e formal dos brasileiros.

O conceito “raça” apresenta fundamentos na Biologia e seu uso data do século XVI, de acordo com Lilia Schwarcz (2001); sendo este utilizado por estudiosos europeus, a partir do século XVIII, para demarcar diferenciações entre grupos e povos. A Biologia desenvolve a definição de espécies, a partir da diferenciação genética, para conhecer a diversidade biológica; sendo esta a principal noção transposta para a análise das diferenças entre os seres humanos. As diferenciações de características físicas, de costumes, de comportamentos de povos passam a ser entendidas como de caráter racial, biológico.

Vale ressaltar que o projeto Genoma Humano reitera que são ínfimas as diferenças genéticas entre os humanos e, portanto, não faz sentido falar em “raça”. Este conceito foi utilizado em determinado momento histórico, com embasamento científico, de modo a legitimar a violência, a exploração e a escravização de povos com uma suposta inferioridade tida como “natural”. De acordo com Antônio Sérgio A. Guimarães (2012: 35) a idéia de raça é uma construção social, não apresenta, portanto, materialidade, “realidade empírica”.

Stuart Hall (2003: 69) contribui para a análise sobre este conceito e as relações raciais, na medida em que afirma que “(...) “Raça” é uma construção política

e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão — ou seja, o racismo.” A raça é também considerada um produto do homem e das organizações sociais e o racismo enquanto instrumento utilizado para justificar diferenciações sociais e culturais, com base na natureza, na biologia.

As imagens e representações sobre o corpo negro são elaboradas e reinventadas ao longo da História, apresentando particularidades em nosso país. Destaca-se, especialmente, o século XIX e o início do século XX, como período importante para observar as interpretações ditas científicas, de caráter racista, que levam a inferiorização do negro e à adoção da lógica do branqueamento. As chamadas teorias raciais contribuíram para o desenvolvimento do imaginário social sobre grupos como os negros, na medida em que os traços fenotípicos foram considerados elementos que definiam a moralidade dos povos.

Nilma Lino Gomes (2003b) atenta para a construção das diferenças entre brancos e negros em seu aspecto cultural, sendo esta uma forma de hierarquizar indivíduos e grupos. Os conhecimentos biológicos foram transformados, portanto, pela cultura e esta interpretação sobre aqueles considerados diferentes foi difundida.

No caso do negro brasileiro, a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos como mais uma lógica desenvolvida no interior da nossa sociedade. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros e brancos pela cultura. (...). (GOMES, 2003b: 76)

O olhar eurocêntrico marca a representação dos povos negros como inferiores, desde a origem do país. Schwarcz explicita que, desde o século XVI, os relatos sobre o território brasileiro depreciavam os habitantes locais. No mencionado período, o Brasil e sua diversidade natural era exaltada, tida como paradisíaca pelos colonizadores e pensadores da época. Ao contrário dos índios, gente local considerada exótica, monstruosa, caracterizada como bestas e de forma animalizada. O Tratado da Terra do Brasil, desenvolvido por Pêro de Magalhães Gândavo, marca a distinção da terra e seus homens e a concepção dos índios como “multidão de bárbaro gentio”, “ferozes”, “cruéis”, “brutos animais”, povos sem fé, nem lei, nem rei.

Os relatos, estudos e tratados europeus do passado colonial tendem a compreender o “outro”, o diferente como algo negativo, inferior, subalterno. A referida autora (2003; 21) entende que a noção da América enquanto terra decaída impulsionou as idéias de inferioridade deste território e dos povos locais. A partir do século XIX, o Darwinismo Social ganha espaço no Brasil como referencial utilizado para analisar as diferenças entre as populações e as culturas. A Eugenia também fundamenta as idéias preconceituosas do período. O racismo, portanto, ganha substrato teórico e base “científica”.

O que as teorias raciais faziam (e ainda fazem), presas a esses erros, nada mais era que reproduzir preconceitos vulgares ou refiná-los, buscando uma justificação pseudocientífica para a dominação política, a exploração econômica e os sentimentos etnocentristas e classistas dos poderosos. (...). (GUIMARAES, 2012: 21).

Conforme aponta Giralda Seyfeth (1996), as doutrinas raciais tinham como ponto de contato a concepção de que as diferenças humanas, anatômicas e culturais seriam oriundas da diversidade de raça. A autora atenta para a funcionalidade das noções de raça e aponta que “O respaldo científico dado às doutrinas raciais vigentes na passagem para o século XX remete à sua importância como ideologia para fins políticos. (...)” (1996:43).

Dentre estas doutrinas, destaca-se o Darwinismo Social que representou a transposição das idéias do inglês Charles Darwin sobre a seleção natural das espécies animais e vegetais para o entendimento dos seres humanos e suas diferenciações. Este referencial considera os seres humanos naturalmente desiguais, com aptidões inatas classificadas como inferiores e superiores. Os mais adaptados ao ambiente obtêm sucesso e os menos adaptados sucumbem, sendo esta a famosa noção de seleção natural.

Maria Augusta Bolsanello (1996:154) destaca que com os conhecimentos de genética, psicologia, antropologia, neurologia, sociologia e etnologia encontravam-se ligados ao Darwinismo Social, que contribuiu para a hierarquização dos seres. A evolução e o progresso seriam fruto da “luta” entre raças, grupos distintos, na qual sempre venceriam os mais fortes, consequentemente, superiores em termos corporais e intelectuais. Os brancos eram considerados os mais adaptados que negros e indígenas.

O Darwinismo Social esteve associado a noções racistas e eugenistas. O termo “eugenia” foi criado por Francis Galton, em 1883, que significa “bem nasci-



do”. Os estudos eugenistas tinham como pressupostos a noção de seleção natural de seu primo Darwin e de hereditariedade; utilizavam conhecimentos estatísticos e biológicos de modo a observar as características físicas, intelectuais e de habilidades transmitidas aos descendentes. Esta teoria defendia a noção de aperfeiçoamento da raça e da formação de uma elite genética, através do controle da procriação humana e eliminação dos seres inferiores. (BOLSANELLO, 1996: 155).

Francis Galton, principal expoente da eugenia, defendeu a teoria de que traços biológicos e comportamentais seriam passados de pai para filho, pretendia controlar a qualidade reprodutiva dos indivíduos e evitar a reprodução daqueles grupos tidos como inferiores e degenerados, de modo a elevar a qualidade da raça humana. Com base na eugenia foram desenvolvidas pesquisas, realizados experimentos, esterilização de seres humanos e até mesmo genocídio.

As teorias raciais podem ser consideradas funcionais ao desenvolvimento capitalista, na medida em contribuíram para justificar e naturalizar as desigualdades sociais. Estas teorias conferiam base científica a hierarquias sociais construídas. O conceito raça apresentou diferentes interpretações, sendo que as teorias racistas, do século XIX, seguiam modelos de explicação evolucionistas e deterministas. A idéia de evolução do ser humano e das sociedades a partir do aperfeiçoamento da raça, componente biológico que, de acordo com estes referenciais, influenciaria comportamentos e habilidades.

A temática racial esteve presente nos institutos históricos, nos museus etnográficos, além das faculdades de Direito e Medicina brasileiras, no século XIX. De acordo com Schwarcz (2003), as teorias raciais chegam tardiamente no Brasil e ganham espaços nas instituições de ensino e pesquisa, principalmente. Os museus etnográficos contribuíram para disseminar, no exterior, a imagem do país enquanto um “laboratório racial”, segundo a autora.

Os estudos sobre raça no Brasil se tornaram mais sistematizados, a partir de 1877, com a organização do primeiro curso de Antropologia Física, oferecido no Museu Nacional. Mas, de acordo com a abordagem de Seyferth (1996), que se baseia na periodização de Luiz de Castro Faria (1952), o país já apresentava uma ciência das raças desde o ano de 1860. Destaca-se a importância dos estudos na área de Medicina de Legal e Direito para a disseminação das teorias racistas, além da relevância dos Museus.

Schwarcz (2003) destaca como exemplo de museus etnográficos das cidades do Rio de Janeiro, Belém e São Paulo. Os estudiosos, em seus argumentos evolucionistas, buscavam pontos de contato entre o desenvolvimento das espécies biológicas e dos seres humanos. A mencionada autora entende que os museus etnográficos, no período em questão, popularizaram a noção de que o Brasil seria um laboratório racial, no exterior e introduziram o olhar do naturalista que une a classificação da flora, da fauna à análise sobre o desenvolvimento humano. (2003:169).

O Primeiro Congresso Universal das Raças, promovido em julho de 1911, aconteceu em Londres. Ressalta-se que o Brasil teve dois representantes no evento, João Batista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette Pinto (1884-1954). O primeiro era o Diretor Museu Nacional do Rio de Janeiro, o que reafirma a relevância dos museus etnográficos para os estudos raciais do período. João Batista de Lacerda apresentou a tese em defesa do branqueamento da população brasileira, como saída e solução à degeneração oriunda da miscigenação.

As Escolas de Medicina e as de Direito também “importaram” as teorias raciais, em meados do século XIX, utilizaram estudos de Medicina Legal. As Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, além das Escolas de Direito do Recife e de São Paulo merecem destaque. Guimarães (2012) entende o desenvolvimento de explicações racistas, com base científica, como uma forma de reação das elites intelectuais brasileiras às desigualdades que cresciam na região norte e na região sul do país.

A Faculdade de Medicina da Bahia confere atenção especial para temas ligados à medicina criminal, neste período. Os estudos médicos utilizavam a medição dos crânios para identificar e qualificar os criminosos. Às características do corpo negro eram atribuídos condutas e traços ligados à criminalidade. Destacam-se os estudos de Nina Rodrigues, médico eugenista que se tornou professor de Medicina Legal na Universidade da Bahia e contribuiu para a difusão de idéias sobre o darwinismo social e a desigualdade das raças, no Brasil, no final do século XIX.

Nina Rodrigues desenvolveu pesquisas sobre criminologia, a partir de medições craniológicas, inspirado nas concepções de Cesare Lombroso, referência da escola positiva italiana. Os estudos do crânio e da mente dos criminosos foram fundamentais para as práticas de Medicina Legal. A considerada condição inferior

da raça negra e dos produtos da miscigenação seria responsável pela degeneração e inferioridade do povo brasileiro.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro concentrou seus esforços nos estudos sobre as doenças tropicais e no desenvolvimento de intervenções em programas higienistas. De acordo com a ênfase destas duas faculdades, as figuras do perito criminal e dos higienistas estiveram presentes nesse período.

No Direito, a Escola de Recife seguia um modelo determinista e a de São Paulo, um modelo liberal e conservador. Apesar das diferenças de argumentos entre as Escolas de Recife e de São Paulo, estas instituições defendiam a prática do Direito e a manutenção das hierarquias sociais, que contribuem para a permanência das desigualdades. Ressalta-se que os juristas também participaram do debate sobre a imigração, que se disseminou especialmente a partir dos anos 1930, sendo contrários à vinda de trabalhadores asiáticos e africanos ao país.

Os médicos buscavam sanar as doenças e os males que afetavam a coletividade, enquanto os homens do Direito elaboravam um código unificado, independente das desigualdades sociais e raciais. Estes cientistas procuravam desenvolver soluções para o país e disputaram a hegemonia intelectual, frente ao “problema racial”.

Seyferth (1995) identifica que, após 1850, a mistura de raças que compõe o povo brasileiro se tornou um tema utilizado no discurso nacionalista. A miscigenação foi tida como um problema, no período, em função da mistura com as raças consideradas inferiores; o que reafirma a influência das teorias raciais. A mestiçagem era entendida como um traço, prejudicial à nação.

Arthur de Gobineau é uma referência importante das teorias racistas do período. O mesmo foi nomeado representante diplomático de França, em nosso país; esteve em missão oficial no Brasil, durante 15 anos. Gobineau, filósofo francês, apresenta como uma das obras de destaque, publicada em 1854, o “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”.

O mesmo considerava a excessiva mestiçagem como causa da decadência das civilizações. De acordo com a sua concepção, a miscigenação seria símbolo de atraso e degeneração do povo brasileiro. O filósofo previa o desaparecimento da população brasileira, ao considerar que os mestiços se reproduzem até uma quantidade limitada de gerações. De acordo com os seus escritos, em menos de 200, seria o fim da população brasileira (PETRUCCELLI, 1996:137).

Gobineau exaltava a superioridade dos brancos em relação aos povos negros e amarelos. Os brancos se destacariam, no domínio da inteligência, mas não na esfera das sensações. A sensualidade, por exemplo, seria um atributo associado aos negros e aos amarelos. Estas idéias preconceituosas transitaram no imaginário social brasileiro e ainda se mostram presentes.

Com o fim da escravidão e a influência das teorias raciais, a população negra era tida como indesejável e inadequada ao projeto de modernização da sociedade brasileira. A miscigenação era condenada e o branqueamento da população, considerado solução. Werneck (2005:02) aponta, nesse sentido, que “(...) o projeto de sociedade que se delineava buscava afirmar e garantir a branquitude como paradigma, não importa por que meios.”.

A peculiar composição racial brasileira, pensada a partir de moldes evolucionistas, seria negativa e símbolo de atraso. A mistura de raças heterogêneas foi entendida como um erro que poderia levar à degeneração da nação. Schwarcz (2003) aponta que a concepção negativa da mestiçagem esteve presente dentro e fora do país; na abordagem de estudiosos europeus, assim como nos jornais, nas pinturas e a opinião de políticos e cientistas brasileiros.

Conforme explicita Seyferth (1996), o século XIX é um período importante para refletir sobre o aparato ideológico relacionado ao racismo, no Brasil. A autora ressalta que apesar do racismo não ser produto exclusivo do século XIX, foi neste período em que as idéias racistas assumem fundamentação científica; o que refletiu em visibilidade e *status* de “verdade”. As mencionadas teorias marcam a desigualdade e a hierarquização entre os grupos, além de reforçar estereótipos, especialmente ligados aos negros.

## **2.2.**

### **Racismo à brasileira e o ideal de embranquecimento**

A proposta de branqueamento do povo é uma invenção dos pensadores brasileiros, conforme indica Seyferth (1996). Esta concepção envolve aspectos anteriormente mencionados, como a desigualdade das raças, a inferioridade dos negros,

a possível extinção de grande parte da população mestiça e a superioridade dos brancos em termos fenotípicos, morais e comportamentais. A autora destaca a contradição dos discursos raciais do período que supunham o desaparecimento dos mestiços e sua degenerescência; mas a possibilidade de saída através do branqueamento; uma forma de “mestiçagem criativa” (1996: 181).

No início do século XX, o pensamento intelectual brasileiro estava preocupado com a origem étnica de seu povo, em um contexto caracterizado por mudanças causadas com o fim da escravidão, o desenvolvimento industrial tardio, a urbanização e a entrada de trabalhadores estrangeiros. As teorias racistas contribuíram para impulsionar a imigração européia, tanto para dar conta da mão de obra, quanto para o “melhoramento” de seu povo, com o branqueamento da população; conforme indica Petruccelli (1996).

Tendo em vista que negros, indígenas e mestiços seriam considerados grupos inferiores, a proposta de branqueamento da nação se daria através da “miscigenação seletiva e da imigração européia”. Estudiosos deste período, como Silvio Romero (1888), João Batista de Lacerda (1911) e Oliveira Viana (1920 e 1922) defenderam a concepção darwinista de seleção natural/social, como forma de eliminação das raças tidas como inadaptadas (SEYFERTH, 1996).

Werneck (2005) aponta outras iniciativas de caráter simbólico, desenvolvidas no século XX, voltadas ao branqueamento e que reproduziam a ideologia em questão. Dentre estas, a autora ressalta a repressão a manifestações culturais, artísticas e religiosas negras; além de violentos métodos de controle de endemias e repressão policial (2005: 06). Os avanços tecnológicos do período contribuíram para a utilização de estratégias eugenistas, ainda, pela ciência e a medicina.

O ideal de branqueamento é considerado uma característica relevante do racismo no Brasil. Esta ideologia foi fundamental para justificar e dar seguimento às imigrações de trabalhadores brancos; utilizada também nos discursos abolicionistas, segundo o autor. Destaca-se, ainda, que esta concepção também contribuiu para fragmentar uma reação negra, na medida em que “divide aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum, e faz com que as pessoas procurem se apresentar no cotidiano como o mais “branco possível.” (HOFBAUER, 2004: 19).

De acordo com a abordagem de Seyferth (1996; 182), os estudiosos que acreditavam no branqueamento do povo brasileiro, contraditoriamente, afirmavam que

não havia preconceito em relação aos negros e indígenas, considerados como inferiores. A autora afirma que “o preconceito também foi interpretado como uma espécie de mecanismo seletivo que empurra os mestiços no sentido da escolha de cônjuges mais claros.”. O preconceito racial seria um elemento importante no projeto rumo ao “melhoramento” da população, mas, ao mesmo tempo, negado.

(...) A ausência de preconceito serve como explicação para a mestiçagem, a suavidade do regime escravista brasileiro, a aceitação de elementos das culturas negras e indígenas como parte integrante da "cultura nacional", enfim, o "milagre" da democracia racial que pode anular as barreiras de cor (para usar uma expressão consagrada em muitos estudos sobre as relações raciais no Brasil), permitindo a mobilidade social ascendente, sobretudo para os mestiços mais claros. (SEYFERTH; 1996:190)

Conforme indica Skidmore (1991), a ideologia do branqueamento consolidou-se no país no início do século XX e continua sendo a ideologia predominante. Neste período, a elite brasileira acreditava na superioridade branca e que a mistura de raças estaria embranquecendo o país. A “salvação”, portanto, estaria na mistura, na miscigenação de um país sem problemas ou conflitos raciais. A noção de convivência pacífica entre brancos e negros; ausência de discriminação racial representou uma crença alimentada pelos estudiosos do período que permeia o imaginário social sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Nos anos 30, os autores Arthur Ramos e Gilberto Freyre apresentam os estudos de discípulos americanos do antropólogo Franz Boas, nas ciências sociais, em sua fase de institucionalização. O próprio Freyre era discípulo de Boas. Sendo Arthur Ramos, nos anos 40, que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil, no exterior, como uma “democracia racial” e um “laboratório de civilização”. (GUIMARÃES; 2004)

À Gilberto Freyre foi atribuído o de afirmação do “mito da democracia racial”. Os escritos sociológicos de Freyre (1933; 1936) são considerados por Guimarães (2004) uma forma de “superação doutrinária” do racismo; ao encontrar a alma nacional na “velha, colonial e mestiça cultura luso-brasileira nordestina”. De acordo com o referido autor, durante muitos anos, as pesquisas sobre as relações raciais estiveram associadas também ao debate sobre a existência ou não de preconceito racial no país.

No início dos anos 50, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) passa a coordenar estudos sobre as relações raciais no Brasil. Esta agência internacional promoveu pesquisas em alguns estados do

país, como: Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, que evidenciaram um cenário de disparidades raciais, preconceito e discriminação. De acordo como Marcos Chor Maio, “a utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se, dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial brasileira” (MAIO, 2000: 116).

O Projeto UNESCO foi proposto em um período de fim da Segunda guerra Mundial e representou uma iniciativa voltada para combater a ideologia racista que persistia em várias partes do mundo. Cabe ressaltar que o Brasil desfrutava de uma imagem positiva, no que se refere às relações étnico-raciais; sendo este entendimento contestado pelos estudos desenvolvidos. Este projeto é considerado um marco na mudança dos estudos das relações sociais no país e no pensamento social brasileiro. Arthur Ramos (1941), Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955), Oracy Nogueira (1942), Octavio Ianni (1962) e Fernando Henrique Cardoso (1962) foram alguns dos pensadores que desenvolveram pesquisas sobre as relações raciais, em diferentes regiões do país. Este objeto de pesquisa foi analisado sob perspectivas distintas.

Conforme explicita Antonio Guimarães (2004: 24), nas décadas de 1950 e de 1960, as pesquisas analisaram o preconceito de cor e o preconceito racial e não contemplaram o racismo; então compreendido como um conceito carregado de ideologia política. A mudança nesta concepção se dá a partir de 1970, quando núcleos de pesquisa identificam o racismo enquanto um conceito analítico com centralidade nas sociedades modernas e não apenas no Brasil.

Os discursos raciais abordados encontram-se articulados ao racismo, que estrutura as relações sociais no Brasil, bem como à discriminação racial, elementos que revelam a sua importância para o presente estudo. Nesse sentido, as contribuições de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva são relevantes para a compreensão das relações raciais no Brasil e as disparidades existentes em nosso país.

Em 1979, o livro “Discriminação e desigualdades raciais”, de Carlos Hasenbalg, é identificado como a “primeira tentativa de introdução do racismo na agenda política da nova esquerda brasileira e do novo marxismo” (GUIMARÃES, 2004). Os dois autores mencionados se destacam na sociologia das relações raciais no país pelas inovações de seus estudos e em conceitos; especialmente nos anos 1980 e 1990. Para Hasenbalg e Silva (1999), a discriminação racial

representa um elemento de seleção social que contribui para as desvantagens e a posição socioeconômica inferior, dos pardos e negros.

Hasenbalg (1992:11) considera o racismo como “ideologia e conjunto de práticas que se traduzem na subordinação social dos não brancos, é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores”. De acordo com o referido autor, o racismo e sua permanência ao longo da História se relaciona aos diversos interesses de grupos raciais dominantes e não, apenas, com a herança do passado escravista.

Hasenbalg e Silva (1999) entendem a discriminação racial como sendo funcional:

(...) instrumento de desqualificação de grupos sociais no processo de competição por benefícios simbólicos e materiais, resultando em vantagens para o grupo branco em relação aos grupos não brancos (pretos e pardos) na disputa por esses benefícios. (1999: 217).

Esta desqualificação se expressa em múltiplas esferas da vida social. A população negra, historicamente, ocupa posições desfavoráveis em diferentes esferas, como na educação, no mercado de trabalho e nos rendimentos médios. Ao longo da história, observa-se que os corpos negros são controlados, aviltados, depreciados e alvos de violências; mas desenvolvem formas de contestação e resistência, o que será explorado a seguir.

### **2.3. Negros em Movimento: elementos contemporâneos**

Kabenguele Munanga (1994) ressalta a dimensão política da identidade negra no Brasil e considera esta como sendo uma tomada de consciência dos negros que, historicamente, estiveram à margem da sociedade brasileira. Nilma Lino Gomes (2005) também apresenta contribuições para o entendimento da identidade negra, na medida em que a entende enquanto uma construção social, histórica, cultural e plural.

O Movimento Negro, no país, pode ser entendido como ator político que ressignifica e politiza a noção de raça, conforme explicita a abordagem de Nilma Lino Gomes (2012). De acordo com a autora, as ações deste conferem visibilidade



à questão étnico-racial, evidenciam o cenário de disparidades sociais e raciais e levam o debate sobre o racismo à cena política. O Movimento Negro entende a raça em sua potência emancipatória, de transformação das relações raciais desiguais e injustas.

Gomes (2012) considera que o Movimento Negro compreende a idéia de raça como construção social e atribui um sentido positivo a esta noção que, historicamente, esteve associada a representações sociais negativas e inferiorizantes do negro. De acordo com a autora, o movimento em questão, ao politizar a raça, rompe com estas visões distorcidas sobre o negro, sua história e sua cultura; além de contribuir para retirar o mesmo do lugar de inferioridade racial.

Ressalta-se que o Movimento Negro brasileiro questiona as relações raciais no país e aponta disparidades. Este tem reivindicado a afirmação e a ampliação de direitos da população afrodescendente, contribuindo para a proposição de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades raciais. Domingues (2007; 101) conceitua o Movimento Negro como sendo “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”.

Santos (2009)<sup>1</sup> atenta para a utilização do termo “Movimentos Negros”, no plural, na medida em que foram múltiplas e diversas as mobilizações em torno da temática racial, ao longo da história brasileira. Estas organizações apresentaram formas peculiares e enfoques diferenciados para denunciar as desigualdades raciais, questionar as relações e o padrão vigentes; além de reivindicar mudanças.

Enquanto referências do Movimento Negro e suas expressões no século XX, destacamos a atuação da Frente Negra Brasileira, do Teatro Experimental do Negro e do Movimento Negro Unificado (MNU); além de ressaltar eventos e organizações mais atuais importantes para o desenvolvimento das ações afirmativas, no país.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Márcio André de O. dos. Política Negra e Democracia no Brasil Contemporâneo: Reflexões sobre os Movimentos Negros. In: PAULA, M. de P. & HERINGER, Rosana (Orgs.) **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

No início do século XX, Domingues (2007) atenta para o crescimento de mobilizações frente ao quadro de desigualdades e discriminação racial. No mesmo período, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, destaca-se o desenvolvimento de uma “imprensa negra” voltada para os assuntos de interesses dos negros e produzida por eles, sendo utilizada como instrumento de denúncia. A Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, em São Paulo, assume importância nesse período. O referido autor considera esta organização como a de maior relevância, considerando a primeira metade do século XX.

A Frente Negra Brasileira disseminou seus núcleos pelo país, em estados como: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. Esta organização foi transformada em partido político no ano de 1936, sendo extinta no ano seguinte, tendo em vista o início do Estado Novo (1937 a 1945); período ditatorial no qual as mobilizações sociais e organizações políticas foram caladas. Domingues (2007) aponta que, com o final deste regime, o movimento negro ampliou a sua atuação.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado na década de 1940, no Rio de Janeiro, é uma das expressões da mobilização negra nas áreas cultural e artística. Abdias do Nascimento<sup>2</sup>, um de seus idealizadores, foi referência importante na militância negra brasileira, que também participou da criação da Frente Negra Brasileira. O TEN foi pensado com a proposta de constituir um grupo de teatro formado somente por artistas negros, tendo em vista a sub-representatividade de atores negros nos espetáculos e pouco destaque de seus papéis.

Este movimento pretendia, ainda, “resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, (...) imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra”, de acordo com a concepção de Abdias do Nascimento (2004).

---

<sup>2</sup> Abdias do Nascimento (1914-2011) esteve envolvido na Frente Negra Brasileira, durante a década de 1930; fundou o Teatro Experimental do Negro, em 1944. Ele o primeiro deputado federal negro, entre 1983 e 1987; foi militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e senador da República (1991, 1996-1999); durante o Governo de Leonel Brizola foi designado como Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro e entre 1999 e 2000 foi nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos. Abdias foi uma importante referência para os Movimentos Negros que desenvolveu militância e atividade política ao longo da vida.

Representando uma nova articulação de inúmeras entidades de mobilização negra, foi fundado, em 1978, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), que no ano seguinte foi rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU). Gomes (2012) explicita que o Movimento Negro Unificado apresentava a educação e o trabalho como duas dimensões importantes, pautas de suas principais reivindicações.

Este movimento representou um marco na história de luta negra, na medida em que, unificou, em escala nacional, as diferentes organizações de combate ao racismo, com o objetivo de fortalecer a mobilização negra, conforme indica Domingues (2007;114). O contexto de sua emergência coincide com o processo de transição do regime ditatorial para a abertura política de caráter democrático, período que se destaca pela expressividade dos movimentos populares e pelo reconhecimento de direitos sociais, especialmente, após a promulgação da Constituição de 1988.

Como mobilização importante que expressou a luta em torno da temática racial, no final do século XX, destaca-se a realização da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida em Brasília, no ano de 1995. Este é considerado um marco da mobilização negra na cena política, que obteve notável adesão e contou com cerca de 30 mil participantes. A principal proposta dos Movimentos Sociais Negros era reafirmar a luta contra o racismo, as desigualdades e reivindicar a efetivação de políticas públicas voltadas para a população negra (SANTOS, 2007).

A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida contou com a participação de Movimentos Negros e do Movimento Sindical. Neste período, de acordo com Jaccoud (2009), entre os anos de 1990 e 1995, as centrais sindicais passaram a assumir a temática racial entre as suas reivindicações. Este foi um momento favorável à mobilização em torno dos direitos da população negra e ao combate às disparidades sociais e raciais. Como fruto desta Marcha, foi elaborado um documento que exige ações efetivas do Estado, no qual são propostas duas linhas de atuação:

De um lado, reclama-se a adoção de medidas de valorização da pluralidade étnica da sociedade. De outro, apresenta-se um programa de ações visando à promoção da igualdade e incluindo a implantação de ações afirmativas para o acesso a cursos profissionalizantes e universidades (JACCOUD: 2009; 33).

Heringer (2005) considera que, a partir dessa Marcha, realizada em função dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, há uma nova forma de apresentação da questão racial no debate público brasileiro. Este “é reconhecidamente o evento de mobilização social mais importante pela inserção das reivindicações na agenda oficial do governo, que foram formalmente efetivadas por meio de medidas legais visando à promoção da igualdade racial” (AGUIAR, ANDRADE, MARQUES & ALMEIDA, 2014: 104). O I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1), lançado em 1998 e o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra são ações governamentais que foram desenvolvidas após a Marcha Zumbi.

Outro evento importante foi a III Conferência Mundial de Durban<sup>3</sup>, África do Sul, realizada no ano de 2001, que tratou do combate ao racismo, da discriminação, além da xenofobia e de formas correlatas de intolerância. A mencionada conferência originou a Declaração de Durban e o Plano de Ação, documentos que destacavam a necessidade de elaboração de medidas especiais ou positivas, visando à participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais.

O Plano de Ação, elaborado a partir da mencionada Conferência, indica as iniciativas voltadas a grupos sociais vítimas de racismo e intolerância, como: africanos e afrodescendentes, povos indígenas, migrantes, refugiados e outras vítimas. Em relação aos afrodescendentes, propõe o desenvolvimento de ações afirmativas ou positivas, além da concentração de investimentos em serviços de saúde pública, educação, energia elétrica, água e controle ambiental que possibilitem melhores condições de vida a este segmento populacional.

A participação da delegação brasileira na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em 2001, em Durban, na África do Sul e a assinatura da Declaração de Durban foram fatos importantes que contribuíram para o desenvolvimento de ações governamentais voltadas para o combate ao racismo e às outras formas de discriminação e de intolerância.

Heringer (2002) analisa o desenvolvimento de ações afirmativas no período após a Conferência de Durban, do final de 2001 até o primeiro semestre de 2002.

---

<sup>3</sup> O texto de José Augusto Lindgren Alves: “A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos” (Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, 2002), contribui para situar o contexto no qual este evento se insere.

A autora considera como vitórias do movimento pós-Durban a visibilidade conferida à temática racial e a intensificação do debate sobre as ações afirmativas, enquanto medidas governamentais a serem adotadas no país.

As ações afirmativas incidem sobre o quadro social, sobre as formas de discriminação que prejudicam grupos específicos, conforme explicita Joaquim Gomes (2001). Estas políticas públicas, de caráter compensatório, adotadas em diversos outros países, apresentam a proposta de minimizar os efeitos da discriminação do passado, concretizar o princípio de igualdade e enfrentar as desigualdades de caráter estrutural.

Destaca-se, ainda, na área da educação, a expansão dos pré-vestibulares populares que representou a expressividade de um movimento social de notável dimensão política, marcado pela pluralidade de atores envolvidos, com a proposta de construção de educação popular (SANTOS, 2008). Os estudantes que ingressavam nestes cursos, em sua maioria, eram oriundos do ensino público, sem condições econômicas para financiar cursos preparatórios e universidades privadas.

As diferentes expressões dos movimentos negros apresentaram papel importante para o desenvolvimento das ações afirmativas no país e relevante contribuição para a adoção da política de reserva de vagas e cotas nas universidades. Os pré-vestibulares populares possuem importância na qualificação dos estudantes negros e pobres para o ingresso às universidades e, ainda, oportunizam o debate crítico, com caráter político, que possibilita a formação cidadã dos estudantes e de seus integrantes.

A disseminação destes cursos voltados a grupos historicamente afastados da universidade, na década de 1990, remete à discussão sobre aspectos relevantes, como: o direito à educação; a elitização do ensino superior; a ampliação do acesso à universidade; as desigualdades raciais e sociais e suas expressões na educação.

Destaca-se o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) criado em 1993 com a articulação de grupos religiosos católicos e grupos militantes sem ligação religiosa. A partir do ano seguinte, o movimento cresceu e estabeleceu parcerias com outras instituições, entre elas a PUC-Rio; o que contribuiu para o ingresso de estudantes negros e pobres nesta Universidade, além da concessão de bolsas de estudos. A proposta não se reduz à preparação dos estudantes para os vestibulares,

na medida em que também investe na formação cidadã e na consciência dos alunos.

Este movimento apresenta caráter inovador ao apresentar recorte social e racial. Clapp Salvador (2016) considera que o PVNC apresenta *força de identificação*, na medida em que se volta para negros e carentes. Tal fato contribuiu para que os estudantes tivessem uma identidade delimitada, o pertencimento ao grupo e o fortalecimento de uma participação militante, através do estímulo à reflexão sobre aspectos sociais e politizantes.

As ações afirmativas questionaram o sistema até então vigente de ingresso ao ensino superior. A implantação destas medidas proporciona o ingresso diferenciado de grupos distintos: pretos, pardos, indígenas, quilombolas, deficientes físicos, estudantes de baixa renda, candidatos oriundos do sistema público de ensino, entre outros segmentos sociais. As políticas de ação afirmativa contestam o sistema meritocrático e elitista de acesso à Universidade.

Além disso, as mencionadas políticas possibilitam o acesso de grupos historicamente excluídos da Universidade; implementam outra lógica nos processos seletivos que beneficia estes segmentos; oportuniza novas relações, considerando o convívio de professores, funcionário e alunos com a diversidade de estudantes no campus; além de demandar o desenvolvimento do apoio institucional aos alunos oriundos deste sistema (CLAPP SALVADOR, 2016).

As ações dos Movimentos Negros se mostram importantes de modo a conferir visibilidade à questão racial, permitir o reconhecimento das desigualdades estruturais, valorizar a história e a cultura negra; além de propor a elaboração e o desenvolvimento de ações afirmativas<sup>4</sup>. Neste contexto, observa-se o fortalecimento da identidade negra e a elevação da autoestima desse grupo.

---

<sup>4</sup> Estas políticas públicas, amparadas em marcos legais, buscam (...) formular projetos específicos de empoderamento de grupos discriminados, com especial atenção para as mulheres e a juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos e outros). (SEPPPIR, 2003).

### **3. Sobre cabelo e corpo negro feminino**

#### **3.1. O Corpo negro feminino e expressões identitárias**

O aspecto cultural e o social revelam a sua importância na abordagem sobre o corpo. De acordo com José Carlos Rodrigues (1975), ao corpo se imprimem códigos sociais, práticas, crenças, representações e sentimentos que assumem significados socialmente produzidos. O corpo humano é carregado de sentidos. Este é entendido como uma representação da sociedade, o que extrapola, portanto, o caráter biológico.

O corpo é um signo inserido no sistema de sentidos e significações, que é a sociedade. Rodrigues considera que “A sociedade codifica o corpo e as codificações do corpo codificam a sociedade. As relações da sociedade com o corpo são relações da sociedade com ela mesma; são codificações lógicas tanto quanto morais.” (1975: 137).

Marcel Mauss (1974) também oferece contribuição para a temática, de maneira pioneira, ao discorrer sobre as técnicas corporais. Estas técnicas são formas como os homens, em sociedade, se servem de seus corpos. Cada sociedade apresenta atitudes corporais que lhe são próprias. O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento humano.

O corpo apresenta sentidos e significados que variam de acordo com a cultura e o período histórico observado. David Le Breton (2007) propõe uma reflexão sócio-antropológica sobre este conceito e entende o corpo como fenômeno cultural e social; observa as representações e imaginários em torno do mesmo. “Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída.”. (LE BRETON, 2007:07).

O corpo negro e seus atributos físicos, envolvidos na rede de significações sociais, é representado como indesejável e inaceitável; enquanto o corpo branco é tomado como referência e modelo (NOGUEIRA, 1998:46). As imagens sociais do

negro e suas marcas corporais são socialmente tidas como inferiorizantes; conforme mencionado no capítulo anterior. De acordo com Oracy Nogueira (2006), o preconceito racial, no Brasil, incide, especialmente, sobre características físicas negróides.

Isildinha B. Nogueira (1999) explicita que “O negro, no entanto, é aquele que traz a marca do “corpo negro”, que expressa, escatologicamente, o repertório do execrável que a cultura afasta pela negativização.” (1999:42). Ao considerar o passado histórico e as relações escravagistas, no qual o corpo negro passou por processo de coisificação e desumanização, a autora analisa que essa experiência impacta a condição subjetiva do negro e a imagem criada de si mesmo.

Jurandir Freire Costa (1984: 05), em sua abordagem psicológica sobre a violência do racismo, menciona que o “fetiche do branco” representa um modelo de identificação normativo estruturante oferecido ao sujeito negro. A brancura é considerada um ideal a ser atingido, na medida em que é positivada e desejada. Em contraposição, o autor ressalta, a partir da análise do depoimento de sujeitos negros, que os atributos físicos negróides são sistematicamente desvalorizados.

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. (COSTA, 1984:05)

José Jorge de Carvalho (2007) discorre sobre o racismo fenotípico e considera que a teoria racista moderna, bem como a ideologia que exalta o corpo branco ocidental enquanto objeto de desejo universal, foram impostos e introjetados na consciência colonizada. Os não-brancos assumem a inferioridade fenotípica, rejeitam a ausência de brancura e se esforçam para alcançar este referencial.

Tendo em vista a importância dos aspectos de gênero, a abordagem de Novaes (2011) atenta para as regulações sofridas pelo corpo feminino, em uma sociedade na qual a imagem assume notável importância. Envolvido em aspectos culturais, sociais e subjetivos, o corpo feminino, especialmente, é considerado pela referida autora como “locus da formação identitária”, representa uma forma de comunicação e relação com o mundo. Com base na interpretação de Foucault, a autora entende que o corpo, que é biológico e, também, repleto de significados culturais, sofre controles, aprisionamentos e regulações sociais.



De acordo com a autora mencionada, a mulher e a beleza encontram-se historicamente interligadas. O corpo e sua imagem são envolvidos por práticas, intervenções, moralização, expectativas e também referenciais identitários. Em uma sociedade tida como imagética, “Uma intensificação do dispositivo repressivo, do qual as mulheres, por meio de seus corpos, são objeto, gera um mal-estar constante.” (2011; 492).

A insatisfação da mulher com o seu corpo é algo frequente, que está intimamente ligado aos padrões sociais de beleza, conforme citado. Considerando as mulheres negras, Nilma Lino Gomes (2003:81) atenta para o que a mesma entende como movimento de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo. A autora destaca ser necessário, não somente avançar para a aceitação do próprio corpo, como também, ressignificar o pertencimento racial, em termos individuais e coletivos.

A cor da pele e a textura do cabelo são elementos corporais importantes, marcas raciais que podem definir lugares sociais na escala classificatória brasileira, que valoriza o corpo branco e desqualifica o negro, de acordo com Ângela Figueiredo (2002). Considerando a relevância do cabelo, a autora afirma que este traço foi utilizado pelo movimento negro para a afirmação desta identidade. A proposta era de exaltar esta marca corporal enquanto símbolo de negritude.

O corpo é considerado uma linguagem e um terreno de conflitos, no qual se expressam relações de poder e de dominação; de acordo com Gomes (2006). O corpo e o cabelo podem representar, não somente elementos estéticos, mas também símbolos de identidade e resistência negra. A autora identifica o cabelo crespo e o corpo negro como suportes para a identidade negra no país e considera o primeiro como um dos principais ícones identitários para os negros.

Tendo em vista o lugar que estes elementos corporais podem assumir no processo de construção da identidade negra, se passará a apreensão sobre os processos identitários. O conceito identidade remete às relações sociais entre indivíduos desiguais e envolve aspectos subjetivos, culturais, históricos, sociais e políticos.

A reflexão em torno da identidade implica demarcar a diferença de um grupo em relação a outro. De acordo com Novaes apud Gomes (2005) este conceito é fundamental para os grupos sociais contemporâneos, na medida em que reúne indivíduos em uma classificação identitária, sendo assim, um recurso para a criação de um “nós” coletivo.

Na contemporaneidade, as tradições, a religião e as relações de parentesco já não definem mais a identidade social dos sujeitos, por isso a reflexão sobre aspectos identitários assume relevância, de acordo com a análise de Giddens (2003). O autor enfatiza a necessidade do desenvolvimento individual da capacidade reflexiva, já que existe um amplo campo de escolhas, na modernidade. Considerando que os indivíduos encontram-se mais livres de princípios e dogmas estabelecidos, os processos identitários representam realidades mutáveis e guiados pela subjetividade.

Tomaz Tadeu (2000) desenvolve um contraponto entre a identidade e a diferença, elementos que remetem à relação social. A afirmação da identidade e a demarcação da diferença implicam a marcação de distinções, definição de fronteiras e declaração de pertencimento. Estes são conceitos, considerados interdependentes, indicam noções que devem ser situadas cultural e socialmente para serem entendidas; já que assumem sentido através dos sistemas simbólicos.

Para o autor, a identidade e a diferença organizam-se em torno de posições binárias e envolvem relações de poder. Estas são, portanto, objetos de disputa. “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens culturais.”. (2000:80).

Stuart Hall (1974) oferece contribuições importantes para a discussão sobre identidade, conceito este cujo debate deve estar associado aos processos e práticas próprias da modernidade. As mudanças estruturais contribuem para a desconstrução das identidades culturais. Estas sofrem modificações constantes, tornam-se uma “celebração móvel” e impactam a forma de representação dos indivíduos situados nos sistemas culturais.

O sujeito compõe-se de várias formas de identificação. As identidades, portanto, podem ser múltiplas. A identidade apresenta o caráter instável, histórico e plural. Conforme mencionado, as estruturas e as tradições não mais sustentam os sujeitos, nas sociedades modernas; como no passado. O referido autor considera que as identidades podem representar “(...) uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência.”. (HALL, 2000:109).

As identidades, construídas na diferença ou por meio delas, apresentam dimensão política. As identificações expressam anseios e interesses sociais a serem

disputados, reivindicados. Os processos identitários e a emergência de novas identidades encontram-se atreladas também ao surgimento de novos movimentos sociais, como o movimento feminista e o de luta negra, por exemplo; conforme explicita Hall (1974: 21).

O conceito de identidade é complexo e apresenta múltiplas formas de utilização, de acordo com Gomes (2005); sendo entendido pela autora como um fator que propicia a criação de redes de relações e de referências culturais de grupos sociais. A autora situa a identidade negra enquanto uma construção social, histórica, cultural e plural.

A construção da identidade é algo processual, que se estabelece na relação com aqueles do mesmo grupo étnico e também com o outro, o diferente, de modo contrastivo. Kabenguele Munanga (1994) considera que a identidade é uma realidade presente nas sociedades. Este autor atenta para a dimensão política da identidade negra no Brasil e entende esta como sendo uma tomada de consciência dos negros que, historicamente, estiveram à margem da sociedade brasileira.

De acordo com a análise de Neusa Santos Souza (1983), a identidade negra é constituída, especialmente, pela tomada de consciência do sujeito de sua negritude; além de características fenotípicas negróides. A construção da identidade negra é tida como uma tarefa política. A autora destaca: “(...) ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (1983:77).

Corpo e cabelo são, portanto, elementos significados pela cultura e que representam, não somente elementos estéticos, mas também símbolos de identidade negra. Considerando o corpo da mulher negra, a manipulação dos cabelos representa um recurso possível para a negação ou afirmação desta marca corporal, que pode evocar ancestralidade e representar um símbolo de luta.

### **3.2. Ancestralidade e resistência na cabeça**

Considerando a importância dos temas ligados à estética negra e ao cabelo crespo, no presente trabalho, os trabalhos de Ângela Figueiredo, Nilma Lino Gomes e Raul Lody merecem destaque. Ângela Figueiredo (1994) realizou um estu-

do considerado pioneiro sobre o cabelo crespo e a construção da identidade negra, em sua pesquisa “Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro”<sup>5</sup>. A pesquisa trata de práticas e discursos ligados às formas de manipulação dos cabelos por ativistas negras, em contraponto com outras entrevistadas.

Em outro trabalho, Figueiredo (2002) analisa o mercado de estética que envolve os cuidados com o cabelo, além de tratar a construção da beleza, entre os negros. A área da beleza é considerada a que apresenta mais transformações nas relações raciais, com a emergência de imagens positivas sobre a estética negra.

A abordagem de Nilma Lino Gomes (2006) sobre os temas envolvendo o corpo negro, em seus elementos estéticos e identitários, se mostra relevante para o desenvolvimento da pesquisa. A autora, em seus trabalhos, discorre sobre representações ligadas ao corpo negro e ao cabelo crespo. Destaca-se a pesquisa etnográfica, em salões étnicos de Belo Horizonte, desenvolvida em sua Tese de Doutorado<sup>6</sup>.

Gomes também apresenta concepções importantes sobre o conceito de corpo. Para a autora, o corpo é considerado uma linguagem e um terreno de conflitos, no qual se expressam relações de poder e de dominação. O cabelo crespo é uma parte com destaque que também comunica, que expressa uma linguagem (GOMES, 2003a).

O cabelo do negro representa o conflito racial presente em nosso país. O cabelo crespo, visto como “ruim”, é entendido pela autora como expressão do racismo e da desigualdade racial (GOMES, 2006). O corpo negro e o cabelo crespo, no entanto, podem ser ressignificados como símbolos da identidade negra, convertendo-se em ícones identitários e rompendo com a visão predominante do cabelo crespo como algo ruim ou negativo, do qual se deseja se livrar ou ocultar a partir de práticas de alisamento.

De acordo com a autora, nesse processo de valorização, o corpo negro e o cabelo crespo passam a ser considerados “depósitos de memória”, marcas simbólicas e objetivas que evocam a ascendência africana. Isto é, o cabelo, que traduz

---

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, Angela. **Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, 1994.

<sup>6</sup> GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2002.

importante significado nas sociedades africanas, forma de comunicação que apresenta sua riqueza e expressividade na vida dos africanos, é reinventado no presente. A esse respeito, Nilma Lino Gomes (2003:82) explicita:

A força simbólica do cabelo para os africanos continua de maneira recriada e ressignificada entre nós, seus descendentes. Ela pode ser vista nas práticas cotidianas e nas intervenções estéticas desenvolvidas pelas cabelereiras e cabeleireiros étnicos, pelas trançadeiras em domicílio, pela família negra que corta e penteia o cabelo da menina e do menino. Pode ser vista também nas tranças, nos dreads e penteados usados pela juventude negra e branca.

Destaca-se, ainda, a análise de bell hooks (2005), que discorre sobre a intensa preocupação e insatisfação das mulheres com seus cabelos. A autora considera o alisamento capilar como um assunto sério, pois trata-se, na sua avaliação, de uma técnica e escolha que expressa a interiorização do racismo, já que este processo proporciona a aproximação à aparência dos brancos. Hooks atenta para os sentidos políticos da manipulação dos cabelos pelas mulheres negras. De acordo com a autora, os penteados “afros”, como o *black power*, estiveram ligados à militância, em um contexto de contestação do racismo, na década de 1960, nos Estados Unidos. O cabelo alisado está atrelado ao sistema de dominação racial que contribui para o constante incômodo das mulheres com seus cabelos.

Ao longo da História brasileira, o corpo negro e o cabelo crespo foram inferiorizados; mas é preciso pontuar que em certos períodos históricos representaram instrumentos de luta e resistência. O cabelo crespo, em certos momentos históricos, significou um elemento complementar à atuação política e até mesmo de identificação de militantes negros.

O cabelo expressa uma forma de comunicação que revela dados sobre as relações sociais, em uma dada cultura. No Brasil, nos anos 1960, a tendência era ter os cabelos alisados; nos anos 70, o cabelo crespo volumoso, estilo *black power*, esteve em evidência. Nos anos 1980, os permanentes no estilo afro foram desejados e nos anos 90, os relaxamentos e alongamentos capilares estiveram presentes nas cabeças das mulheres negras; de acordo com Nilma Lino Gomes.

Na década de 70, o Movimento *Black Soul* contribuiu para a exaltação do orgulho negro no Brasil. A estética típica deste movimento (cabelos no estilo *black power*, roupas coloridas e o pente garfo) exaltava a autoestima negra. Apesar da intensa repressão e violência sofrida neste momento histórico pelo corpo negro e

suas manifestações políticas e culturais, o *Black Soul* representou para a juventude negra uma forma de resistência cultural.

O Movimento *Black Soul* é considerado por Luiza Bairos (1996) a primeira notável expressão cultural da juventude negra brasileira. Esta é uma forma de mobilização dos negros de caráter cultural tida como ameaçadora, sendo assim, alvo de repressão do Estado. As associações culturais e o Movimento *Black Soul* eram considerados deturpadores da ordem, assim como os outros movimentos de luta contra o racismo. Os eventos, as reuniões e as atividades destas organizações eram vigiados pelos órgãos de repressão do regime ditatorial.

O depoimento de uma referência importante do Movimento *Black Soul*, Dom Filó, destaca que a estética típica deste movimento (cabelos no estilo *black power*, roupas coloridas e o pente garfo) foi também alvo de repressão. A sua fala indica que o fato de portar o pente garfo, produzido artesanalmente e utilizado para manter os cabelos crespos no estilo *black power* faz com que o sujeito seja considerado suspeito e o próprio pente é confundido com uma arma.

O Movimento *Black Soul* contribuiu para a exaltação de um orgulho negro, do próprio cabelo e seu corpo. “Quanto mais o regime endurecia, mais cabeleiras orgulhosamente se encrespavam, roupas extravagantes eram expostas e a partir de tudo isso a desconstrução de imagens de subserviência e subalternidade.”. (PIRES, 2015:39).

Apesar da intensa repressão e violência sofrida neste momento histórico pelo corpo negro e suas manifestações políticas e culturais, este movimento representou para a juventude negra uma forma de resistência cultural. Pinho (2005; 132) considera que a figura do “brau” representou a reinvenção da identidade negra e “exerceu uma corporalidade subversiva e disruptiva”.

O Movimento *Black Soul* foi diretamente influenciado pela efervescência da luta pelos direitos civis, nos Estados Unidos, e pelo Movimento *Black is Beautiful*, na década de 1960. O último também exaltou a estética e a autoestima negra. Bell hooks (2005) aponta que, neste contexto, os penteados naturais estavam ligados à militância política. A juventude negra norte-americana parou de alisar os cabelos, como postura política.

A abordagem de Jocélio Teles dos Santos (2000) atenta para a “naturalidade” presente nas imagens disseminadas sobre a estética negra e no discurso sobre o cabelo crespo. A “naturalidade” do cabelo, de acordo com o autor, representa uma

forma de “(...) reprodução de uma linguagem simbólica de diferença em relação ao cabelo liso ocidental (...)” (HOOKS, 2005: 07).

Enquanto, no mencionado período histórico, os cabelos dos negros eram uma forma de resistência à ordem vigente, símbolos do engajamento político; no atual movimento de valorização dos crespos, o cabelo parece se tornar bandeira de luta para a politização de outras questões, como o racismo, o padrão estético eurocêntrico a invisibilidade estética da mulher negra; por exemplo. Atualmente, o penteado *black power* volta a ser utilizado com significado político, como na década de 1970. Há, portanto, um retorno deste penteado, do cabelo “natural”, em oposição ao cabelo alisado, que representa um esforço do negro de aproximação à aparência branca.

A respeito do empoderamento crespo e ressignificação do cabelo crespo atual, Mattos (2015; 49) discorre que:

A insurgência das mulheres negras em descolonizar uma estética capilar escrava dos alisamentos e das químicas agressivas faz com que a indústria de cosméticos, da propaganda e da beleza reveja seus conceitos. O conceito empoderamento torna-se o fio condutor desta nova discussão sobre afirmação estética onde o cabelo como signo de negritude deixa de ser um elemento negativo e se ressignifica na diáspora como impulsionador do enfrentamento ao racismo.

Acredita-se que a tendência de “retorno” ao cabelo crespo, através da transição capilar, impulsionou a articulação do movimento mais ampliado pela aceitação e positivação desta característica negróide, o rompimento com um modelo estético predominante; além da emancipação feminina. Destaca-se a análise de Ivanilde Guedes de Mattos (2015:49) que entende que “o movimento de mulheres negras pelo empoderamento do cabelo crespo surge na contemporaneidade como um signo de apropriação de negritude anteriormente negado e silenciado pelo padrão branco de beleza”.

## 4. **Meu *Black é Power!***

### 4.1. **Orgulho Crespo no Rio de Janeiro**

Argumenta-se neste estudo que o atual movimento de “encrespar” assumiu caráter político, na medida em que a aceitação do cabelo crespo tornou-se uma bandeira para o debate sobre empoderamento feminino, o padrão de beleza eurocentrado, a valorização da estética negra e oportunizou a exaltação à autoestima da mulher negra. Este movimento tem caráter nacional e apresenta particularidades na cidade do Rio de Janeiro.

Conforme anteriormente abordado, o corpo e o cabelo representam, não somente elementos estéticos, mas também símbolos de identidade e resistência negra. Nilma Lino Gomes (2006) identifica o cabelo crespo e o corpo negro como suportes para a identidade negra no país e considera o primeiro como um dos principais ícones identitários para os negros.

A presente pesquisa enfoca o movimento de valorização do cabelo crespo e da estética negra observado no Rio de Janeiro, entre o período entre 2013 e 2018. A abordagem em questão pretende analisar a tendência de valorização do cabelo crespo e de transição capilar, além de entender de que maneira as características negras, em especial o cabelo, passam a ser positivadas, na atualidade.

No referido período, observa-se um processo de ressignificação da beleza negra, através da positivação do cabelo crespo, com o estímulo à mencionada transição capilar. O *ciberespaço* oportunizou o processo de retorno ao crespo e afirmação da estética negra, com a divulgação de conteúdos, vídeos, eventos, através de redes sociais. Houve, nos últimos anos, a proliferação de blogs e canais na internet que estimulam mulheres jovens, em sua maioria, a realizarem a transição capilar e cuidarem dos cabelos crespos; exaltando esta estética.

No meio eletrônico, destaca-se a atuação do Coletivo Meninas Black Power<sup>7</sup>, que nasceu em 2013, tem base na cidade do Rio de Janeiro e atua em redes soci-

---

<sup>7</sup> <https://www.meninasblackpower.com/>; <https://pt-br.facebook.com/meninasblackpower/>.



ais, entre outras mídias. O Coletivo é composto por mulheres negras e organiza suas ações em grupos temáticos que envolvem as seguintes áreas de atuação: educação, histórico-político, comunicação, cultura, moda e beleza. O grupo realiza atividades educativas direcionadas a outras mulheres negras e ao público infanto-juvenil.

Este trabalho pretende contribuir para a eliminação do racismo e preconceitos internalizados e apresenta como missão estimular a consciência do cabelo crespo “natural”, além da aceitação de outras características fenotípicas pretas. O trabalho desenvolvido pelo Coletivo contribui para valorizar a beleza negra.

O conteúdo divulgado nas redes sociais extrapola a temática que envolve a transição capilar, cuidados com o cabelo crespo e contempla autoestima, aceitação, identidade e negritude; por exemplo. Em agosto de 2017, o grupo lança o primeiro vídeo em seu canal na internet, como forma de ampliar a capacidade de comunicação com o público.

Acompanhando a tendência de valorização do cabelo crespo, empresas de cosméticos criam linhas de produtos capilares direcionados a este segmento e campanhas publicitárias que contribuem para os cuidados com o crespo, em suas diferentes texturas. As marcas de produtos para cabelos passam a investir neste grupo de consumidoras composto, especialmente, por mulheres pardas e negras. Este segmento, até então, era pouco contemplado pelo mercado.

As mulheres negras, com cabelos crespos, passam a ser consideradas, em alguma medida, pela indústria de beleza e entendidas como consumidoras. O mercado de cosméticos apresentava opções restritas de produtos para cabelos crespos, já que a indústria de beleza atendia ao padrão estético vigente.

Ao pesquisar campanhas publicitárias recentes sobre produtos voltados para os cabelos, divulgadas em meio eletrônico, observamos slogans como: “Ame seus cachos!”; “Não é só cacho, é poder” e designações como “cachos poderosos” e “crespo divino”.

Destaca-se, ainda, a presença de influenciadoras digitais em campanhas publicitárias. Uma empresa de cosméticos desenvolveu uma linha de produtos para transição capilar e elegeu, em 2017, trinta e três influenciadoras digitais como “embaixadoras” desta linha, o que supõe a divulgação dos produtos em suas páginas eletrônicas, produção de vídeos sobre estes cosméticos e participação em pe-

ças publicitárias como *outdoors*, *busdoors*, publicações em revista e em redes sociais.

**Figura 1:** Propaganda de linha de produtos para cabelos crespos



**Fonte:** <<http://www.manualdoscachos.com/2016/06/hidratacao-power-com-garnier-cachos-poderosos.html>> Acesso em 13 de julho de 2017.

A mesma empresa de cosméticos utilizou como garota propaganda a cantora carioca Ludmilla. Esta “revela” o seu cabelo natural e divulga a linha de produtos voltados para os crespos e cacheados. Em dezembro de 2017, a mesma artista foi capa de uma revista feminina de expressividade internacional, com seu cabelo natural, abordando a própria experiência de aceitação do cabelo crespo, na transição capilar.

**Figura 2:** Divulgação de uma linha de produtos, com blogueiras



**Fonte:** <<https://pt-br.facebook.com/todecacho/>> Acesso em 13 de julho de 2017.

A tendência de empoderamento crespo está presente nas redes sociais e se mostra ainda através da postura de mulheres negras que se destacam na área musi-

cal. Outras cantoras como Karol Konka, Tássia Reis podem ser identificadas como referenciais a serem seguidos por seu público.

**Figura 3:** Divulgação do vídeo promocional de uma linha de cosméticos, com a cantora Ludmilla



**Fonte:** <<https://www.youtube.com/watch?v=R53vwgxQh5U>>  
Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

No cenário audiovisual, o filme *Kbela* é um notável exemplo de que a valorização da estética negra apresenta expressões no cinema brasileiro. Esta produção nasce a partir de um conto sobre Mc K-bela. O curta metragem, que é idealizado pela cineasta Yasmin Thayná e construído coletivamente, aborda o racismo e opressões sofridas pela mulher negra, em seu aspecto estético.

A iniciativa do filme surgiu em 2013 e contou com a participação de jovens negras que, em sua maioria, não eram atrizes. No curta, que estreou em 2015, a personagem principal é negra, vive na Baixada Fluminense e assume o seu cabelo crespo natural, em contraposição aos padrões de beleza socialmente impostos. Esta produção tem participado de mostras, festivais nacionais e internacionais, conferindo visibilidade à temática e a esta produção.

Conforme mencionado, a tendência de ressignificação do cabelo crespo envolve as crianças também. Destaca-se a atuação da produtora Crespinhos S/A que, desde 2012, no Rio de Janeiro, desenvolve projetos voltados para a valorização da beleza de crianças e jovens negros. A produtora tem como uma das propostas atuais, considerada inédita no país, a elaboração de um livro com o registro visual que exalta o cabelo crespo e a estética das crianças negras.

**Figura 4:** Sete meninas crespas em ensaio fotográfico



**Fonte:** <<https://www.agambarra.com/sete-meninas-crespas/>>  
Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

A Crespinhos lançou o projeto Sete Meninas Crespas, em 2015, que foi sucesso nas redes sociais. Este foi um editorial de moda, que valoriza e empodera crianças negras e crespas; pouco representadas nos veículos midiáticos. Estas meninas acompanhadas de outras, com seu orgulho crespo, participaram do clipe da música “Menina Pretinha”, cantado pela MC Soffia, lançado em 2016. A jovem rapper, em sua música, questiona padrões estéticos, ressalta a resistência e a beleza de meninas negras.

A temática que envolve a valorização do cabelo crespo infantil assume espaço também em materiais didáticos e livros voltados para este segmento. Parte-se da premissa de que a aceitação do cabelo crespo e a valorização da estética negra é uma atitude que pode ser ensinada, de modo a formar crianças e jovens conscientes, em contraposição à tendência de controle e depreciação de corpos negros, frequentemente observada na educação infantil.

Neste contexto de ressignificação do cabelo crespo, os salões de beleza voltados à beleza negra ganham mais destaque e ampliam a sua clientela. Estes espaços de embelezamento possibilitam um cuidado especializado aos cabelos crespos e cacheados e alguns deles também investem nas tranças, de origem africana, o que fortalece o movimento de valorização da estética negra, através dos cabelos. Jocélio Teles dos Santos (2000), em sua abordagem etnográfica em salões de beleza “afro”, considera estes espaços de sociabilidade e de marcação de *status* como

mediadores para a tomada de uma “consciência racial”; o que confere papel político aos salões.

Dentre os salões especializados em cabelo crespo, no Rio de Janeiro, o salão chamado Iporinchê, nome criado a partir da aglutinação de termos africanos e que significa “lugar de fazer cabeça”, afirma-se enquanto um espaço de valorização da beleza e da cultura negra. Este espaço foi criado no ano de 2000 e, atualmente, está localizado na região norte da cidade, no bairro da Tijuca.

Além das atividades de cuidados aos cabelos crespos que envolvem corte e tratamentos capilares, penteados afro e tranças, este salão de beleza promove encontros, rodas de conversa, eventos atrelados a temáticas negras e até mesmo o lançamento de uma linha de cosméticos voltada para cabelos crespos, com a marca do salão, como aconteceu no ano de 2017. Destaca-se este espaço como sendo importante para fortalecer a autoestima e a identidade da mulher negra, além de oferecer opções de cuidado aos cabelos crespos.

O estudo de Jocélio Teles dos Santos (2000) atenta para as imagens da beleza negra produzidas em salões especializados e chamados de “étnicos”, na cidade de São Paulo. Estes espaços são considerados uma espécie de mediadores na tomada de “consciência racial”, sendo o cabelo tido como um elemento que une a estética afro natural e um discurso da negritude. Nilma Lino Gomes (2003a) entende estes salões como espaços de resistência, no qual a comunidade negra lida, assume e recria a sua identidade.

Tendo em vista que a transição capilar envolve o rompimento com padrões estéticos estabelecidos e a aceitação da própria imagem e do cabelo crespo, isto é, mudanças que impactam fortemente a autoestima feminina, este processo se torna doloroso e tenso. Bell hooks explicita que “(...) o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é incutido nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras, de que não somos aceitas como somos porque não somos belas.” (HOOKS, 2005:08). O meio eletrônico contribui para a troca de experiências entre mulheres que vivenciam a mesma experiência e representam redes de apoio digitais.

Observa-se, ainda, a realização de marchas e encontros mobilizados por organizações recentemente constituídas, voltadas à valorização do cabelo crespo e cacheado. Cabe ressaltar que estes eventos são organizados através da internet e das redes sociais. A cidade do Rio de Janeiro sediou, em novembro de 2016, a



Feira Preta, que já acontecia em São Paulo, desde 2002. O evento apresentou rodas de conversa, debates sobre a transição capilar, afro-empreendedorismo, assim como a Feira Crespa, que também acontece na cidade e envolve oficinas, música, dança e, principalmente, beleza negra.

Em julho de 2017, foi organizado o encontro Cacheia!, realizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, em parceria com uma loja especializada em cosméticos nacionais e importados. O encontro aconteceu em um dia inteiro e apresentou como programação oficina de cuidados caseiros para cabelos crespos, cacheados e ondulados; abordagem sobre a transição capilar e autoestima, técnicas de cuidados capilares e oficina de penteados para cabelos cacheados e crespos.

A atual valorização do cabelo crespo parece ter se tornado uma bandeira de luta, especialmente, de mulheres negras. A Marcha do Orgulho Crespo, por exemplo, é um movimento de caráter nacional, criado em 2015, que propõe a valorização da estética afro-brasileira. Esta mobilização busca exaltar a identidade e a ancestralidade negra, além valorizar a livre expressão do cabelo natural e da mulher negra. A primeira Marcha, no Rio de Janeiro, aconteceu em novembro de 2016, em um mês simbólico para a luta negra, com concentração no Monumento ao Zumbi dos Palmares, localizado na Cidade Nova.

**Figura 5:** Marcha do Orgulho Crespo (Rio de Janeiro)



**Fonte:** <<https://pt-br.facebook.com/Marcha-do-Orgulho-Crespo-RJ-348815388819353/>>

Acesso em 02 de março de 2018.

Outro exemplo de mobilização que incentiva o cabelo crespo ou cacheado é o Movimento Encrespa Geral, criado em 2013 e que se identifica como um Instituto

de Promoção Humana, Desenvolvimento Social e Cultural. Este projeto realiza encontros em diversas capitais brasileiras e expandiu suas atividades também para Luanda (Angola), Dublin (Irlanda), Londres (Inglaterra), Milão (Itália), entre outras cidades no exterior.

A Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) sediou, em 2015, o I Seminário Encrespando, organizado pelo Coletivo Meninas Black Power e pelo Núcleo de Estudos Constitucionais da PUC, com a proposta de debater temas relativos à população negra, em celebração à Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). Conforme abordado anteriormente, o Coletivo representa um grupo de mulheres negras que, além da afirmação da beleza negra e do cabelo crespo, contribuem para a reflexão sobre temas de caráter étnico-racial, através da sua atuação militante.

Verifica-se, portanto, a ampliação da “onda” de valorização do cabelo crespo, símbolo da estética negra, nos últimos anos no país e expressões na cidade do Rio de Janeiro. Observa-se o crescimento de pesquisas envolvendo a afirmação do cabelo crespo enquanto símbolo da identidade negra, mas são poucos que atentam para as particularidades do movimento de orgulho crespo, na cidade do Rio de Janeiro. O estudo em questão pretende justamente gerar conhecimento sobre esta temática.

O movimento em questão, que apresenta a transição capilar como impulsionador de outras transformações, iniciou como uma tendência que apresenta as redes sociais como espaço de difusão. Em um contexto, que teve início nas últimas décadas, de reconhecimento governamental do racismo estrutural e das desigualdades raciais, além do desenvolvimento de ações públicas e privadas voltadas para corrigir este cenário, a mencionada mobilização se amplia e assume caráter político, de empoderamento negro, também através da estética.

## **4.2. Fortalecimento Crespo no Ciberespaço**

A comunicação através da internet pode ser considerada um fenômeno recente, que oportuniza outras formas de interação social. Esta rede mundial de compu-

tadores apresenta notável desenvolvimento e expansão, em 1990. A internet pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais, na medida em que oportuniza a relação de pessoas com diferentes características sociais. Observa-se que o desenvolvimento da tecnologia digital proporcionou a universalização da linguagem digital, além de novas formas de sociabilidade; especialmente, com a criação de comunidades virtuais (CASTELLS, 1999).

De acordo com Castells (1999), as comunidades virtuais representam uma rede eletrônica de comunicações interativas organizadas em torno de uma temática, de um interesse em comum entre os seus membros. As comunidades envolvem trocas e compartilhamento de dados, informações, experiências entre pessoas distintas. A esse respeito, o mencionado autor (1999:444) esclarece que:

Os usuários da Internet ingressam em redes ou grupos on-line com base em interesses em comum, e valores, e já que têm interesses multidimensionais, também os terão suas afiliações on-line. Não obstante, com o passar do tempo, muitas redes que começam como instrumentais e especializadas acabam oferecendo apoio pessoal, tanto material quanto afetivo.

Miskolci (2011) atenta para a ampliação do uso de mídias digitais e, com isso, a rearticulação de meios de comunicação já existentes. Por mídia digital, o autor entende como sendo os meios de comunicação contemporâneos com base na utilização de equipamentos eletrônicos organizados em rede. O autor aponta as diversas formas de conexão a este sistema, que se popularizaram, mas não são universais e envolvem o uso de computadores de mesa ou portáteis, além de *tablets* e aparelhos celulares.

De acordo com Pierre Lévy, no prefácio da obra de Lemos (2015), a Cibercultura é uma nova forma de cultura, fruto do aperfeiçoamento dos meios de comunicação e do tratamento da informação, que representa a evolução da linguagem. A Cibercultura é resultante de uma nova sociabilidade que converge com novas tecnologias de base microeletrônica, na contemporaneidade, conforme sintetiza André Lemos (2015).

Esta forma sócio-cultural que surge, a partir dos anos 1970 e é caracterizada pela ampliação da cibercultura. O desenvolvimento tecnológico apresenta ligação estreita com as relações sociais. “A cibercultura não é formada pela exclusão técnica da sociabilidade, mas auto-organizada pela sinergia da socialidade nas diversas expressões da tecnologia contemporânea” (LEMOS, 2015:260).



A utilização da internet e de redes sociais para convocar e mobilizar participantes em torno de uma causa vem sendo uma estratégia utilizada por movimentos sociais, conhecida como Ciberativismo. Esta nova ferramenta articula-se à temática em questão, na medida em que o movimento de exaltação do cabelo crespo e à tendência de transição capilar se desenvolvem através da internet e das mídias digitais.

A utilização das mídias digitais é um novo elemento que influencia a organização das mobilizações sociais. Em 2013, no país, os protestos que aconteceram contra o aumento da tarifa de ônibus, merecem destaque. O diferencial das chamadas “Jornadas de Junho” foi o uso das redes sociais para mobilizar os ativistas, marcar manifestações e difundir informes sobre as mobilizações; de acordo com o artigo de Eliani Queiroz (2017).

Conforme mencionado no capítulo anterior, a utilização das mídias sociais oportunizou a ampliação de conteúdos sobre os cuidados aos cabelos crespos, produtos especializados, eventos envolvendo este segmento; além de marchas e manifestações ligadas à valorização da estética negra e do cabelo crespo. O orgulho em relação ao cabelo crespo observado nas ruas, universidades e outros espaços da cidade vem sendo alimentado também pelas redes sociais e mídias digitais.

Em meio digital, destaca-se, ainda, o You Tube, plataforma disponível na internet que reúne vídeos e facilita a divulgação de conteúdos. Burgess e Green (2009) entendem o You Tube como um objeto de pesquisa e consideram este um site de cultura participativa, marcado por mudanças dinâmicas e diversidade de conteúdos. O estudo reflete sobre as utilizações desta plataforma, que já faz parte do cotidiano das pessoas com acesso à internet.

Com seus canais na referida plataforma, as influenciadoras digitais, que abordam os cuidados com os cabelos crespos, compartilham vídeos divulgando produtos, ensinando receitas caseiras, estimulando os cuidados aos cabelos crespos e abordando a transição capilar. Estas influenciadoras se tornam referências na área que envolve beleza, cabelos crespos e estética para um público interessado nestas informações, em meio eletrônico.

Observa-se que as influenciadoras digitais, no geral, mantêm um canal no You Tube, além de blogs, uma conta no Facebook e outra no Instagram. Estas são as principais formas de comunicação e difusão de conteúdos. Estas ferramentas digitais reúnem um grande número de usuários, permite o compartilhamento de

informações e a visibilidade das influenciadoras que se tornaram pessoas públicas e assumem, em muitos casos, esta atuação como sua ocupação principal.

Dentre elas, mulheres que se identificam como “crespas e cacheadas”, existem aquelas que produzem vídeos e informações específicas nas mídias sociais sobre estes tipos de cabelo e aquelas que diversificam os temas de abordagem e contemplam outros assuntos relacionados à estética negra. Considerando as influenciadoras digitais que abordam em suas redes sociais a beleza negra, destaca-se, no Rio de Janeiro, blogs e canais como Negra Rosa, que desde 2010 desenvolve conteúdos que valorizam a beleza negra.

Outro exemplo é o canal DePretas, organizado por Gabi Oliveira, com vídeos de assuntos diversos que destacam a estética negra e também as relações étnico-raciais no país. Luany Cristina, com o canal chamado Diva do Black, aborda temas relacionados à beleza e ao cabelo crespo; sendo eleita, em 2017, uma representante em eventos e mídias sociais de uma marca de produtos para cabelos. Camilla de Lucas, moradora da Baixada Fluminense, mantém há um ano o canal com o seu nome, que, no geral, divulga cuidados e receitas caseiras para cabelos crespos.

Em outras regiões do país, destacam-se Gill Vianna, do canal Coisas de uma Cacheada; Ana Lúcia Lopes, do canal Apenas Ana. Em São Paulo, as influenciadoras Patrícia Avelino, do canal Vida Crespa; Rayza Nicácio, do canal com o seu nome e Maraísa Fidelis, do canal Beleza Interior? são também referências para outras jovens. Estas influenciadoras digitais, através de suas redes sociais, ressaltam o quanto o cabelo crespo pode ser considerado bonito, rompendo com a visão predominante historicamente na sociedade, e, além disso, merece cuidados especiais.

Em tempos de transição capilar, os canais na internet, sites e grupos nas redes sociais representam uma rede de apoio para mulheres jovens que optam por este processo de mudança estética. Destaca-se que os encontros de crespas e cacheadas, marchas e eventos voltados este público também podem ser considerados partes desta mencionada rede.

As mencionadas comunidades virtuais, que aglutinam pessoas em torno de um interesse comum, são exemplos de suporte às jovens durante a transição capilar. Tal escolha exige a aceitação da própria imagem, em transformação. Este processo apresenta inúmeros desafios, na medida em que o cabelo assume notável

importância para as mulheres. Nestes grupos é comum a divulgação de imagens que revelam o cabelo alisado da jovem, antes da transformação e durante o processo transicional. Estas publicações nas comunidades, no geral, são acompanhadas de elogios e incentivo de outras meninas que podem ser estimuladas a vivenciar esta mudança capilar.

O meio digital expressa essa tendência de valorização do cabelo crespo, conforme explicita o estudo brasileiro divulgado em 2017. A pesquisa organizada pelo Google BrandLab (São Paulo), programa voltado para estratégias digitais, divulgou que as buscas no Google, relacionadas a cabelos cacheados, superaram as ligadas ao cabelo liso. O período observado no mencionado estudo vai de julho de 2013 a julho de 2017. O dossiê BrandLab indica que o interesse pelos cabelos crespos cresceu 309%, desde 2015.

A pesquisa evidencia que o processo de ressignificação do cabelo envolve, especialmente, mulheres jovens. Quanto mais velha a mulher for, menos chance de reconhecimento do seu cabelo enquanto crespo. As crianças também são influenciadas pelo processo de valorização do cabelo, tendo a internet também como forma de expressão. Ressalta-se que as buscas sobre transição capilar, em meio eletrônico, cresceram 55%, de 2015 a 2017.

O referido estudo aponta que a rotina de cuidados exigida pelo cabelo crespo apresenta as influenciadoras digitais como especialistas, que compartilham suas experiências, informações e dicas. Conforme mencionado, estas mulheres encorajam outras jovens no processo de afirmação do cabelo crespo e de valorização de sua beleza e identidade negra.

Ao observar a organização das marchas e manifestações ligadas ao orgulho crespo, no Rio de Janeiro, verifica-se que os eventos aconteceram na cidade, a partir de 2013, se intensificaram nos anos seguintes e foram reduzindo a periodicidade até os dias atuais. Ao comparar com a cidade de São Paulo, esta parece estar ainda efervescente nas mobilizações nas quais o cabelo crespo é significado como instrumento político para resistência a múltiplas opressões.

Cabe destacar que me refiro a mobilizações de jovens com cabelos crespos e cacheados que se organizaram a partir das redes sociais. Alguns dos encontros são frutos da iniciativa de mulheres que participam de comunidades fechadas sobre cabelo, o que deixa os eventos restritos àqueles membros. Outros são eventos pú-

blicos, abertos aos que defendem a valorização do cabelo “natural”, em contraposição aos ajustamentos estéticos e aos alisamentos capilares.

A partir das informações divulgadas em meio eletrônico, entre os anos de 2013 e 2015, foram realizados inúmeros encontros de “cacheadas”, na cidade do Rio de Janeiro, especialmente mobilizados através dos grupos existentes no Facebook. Dentre eles, os seguintes: Encontro Amigas Cacheadas, Cacheadas RJ, Sou + Cachos e Meu Cacho, Meu Crespo; por exemplo. Em 2015, conforme anteriormente mencionado, destaca-se o Encontro Encrespa Geral e, no ano seguinte, a primeira Marcha do Orgulho Crespo na cidade. Estes dois últimos são eventos ampliados que se consolidaram em outras localidades do país.

O cabelo crespo tornou-se uma temática em destaque que reúne mulheres jovens tanto em meio virtual, quanto na vida real. O cabelo crespo assume relevância e capacidade de mobilização que levam ao questionamento de padrões estéticos, contraposição ao racismo, exaltação da identidade e da ancestralidade negra; por exemplo. Tais ações extrapolam o meio digital e ganham as ruas. Em um contexto em que os movimentos sociais se articulam através das redes sociais, a valorização do cabelo crespo, observada na internet, revela seu potencial político.

As plataformas digitais, portanto, representam outro espaço de luta e de ativismo. Cabe ressaltar que a ampliação de conteúdos digitais ligados à valorização da estética negra é fruto da demanda do público e não somente uma tendência ditada pelo mercado. Em um país no qual mais da metade da população se declara como parda e preta, segundo dados estatísticos do IBGE, e mais de 70% das brasileiras tem o cabelo cacheado ou crespo, o sucesso deste tema nas redes sociais reitera a necessidade de representatividade e de afirmação de identidade.

#### **4.3.**

#### **Transição Capilar: identidade negra em transformação**

O termo transição capilar se refere ao processo de transformação capilar gradual, que implica a interrupção do alisamento dos fios e a aceitação dos cabelos crespos e cacheados. Tendo em vista que o cabelo apresenta importância para a mulher e representa um símbolo com significados sociais, esta escolha impacta

não somente a rotina de cuidados capilares, mas também a imagem e a sua autoestima.

Van Genneep (1978) entende que a vida individual envolve passagens entre uma situação social para outra. A sucessão de etapas faz parte da vida e cada um destes momentos inclui ritos que demarcam a passagem de um momento para o outro. A tomada de consciência a respeito da própria negritude ou a reafirmação da identidade negra pode ter o cabelo como elemento impulsionador. A referida mudança capilar é compreendida como um processo transicional.

Conforme analisa Van Genneep, a transição de uma etapa para outra, de uma condição para outra envolve rituais e práticas próprias. O autor explicita que os rituais ligados ao cabelo, em determinadas culturas, também representam transição e mudança. Van Genneep entende que “o tratamento dado aos cabelos frequentemente se inclui na classe dos ritos de passagem” (1978:142).

Cabe ressaltar que a opção por esta mudança nem sempre se encontra atrelada a uma postura política. A valorização do cabelo crespo pode ser fruto de uma proposta pessoal, meramente estética, sem associação ao ativismo ou à militância. O presente estudo trata do processo de transição capilar que envolve, especialmente, mulheres negras e motiva a aceitação e a valorização do cabelo crespo. Para estas mulheres, a mudança estética parece ter um significado diferenciado, na medida em que o cabelo crespo é uma marca corporal negra socialmente desqualificada.

Os alisamentos capilares sempre estiveram em evidência, considerando o padrão estético dominante. Estes envolvem técnicas que, no geral, alteram a estrutura original do cabelo e modificam o seu aspecto. São outras formas de manipulação do cabelo, que utilizam produtos químicos, os relaxamentos e permanentes no estilo afro. Os alisamentos podem ser temporários ou definitivos, sendo este último com a completa alteração no aspecto dos fios. Ter os cabelos lisos é sinônimo de *status*, na medida em que este é socialmente entendido como melhor do que os cabelos crespos e cacheados.

No Brasil, o cabelo crespo é considerado um traço negativo, “ruim”, indesejável. Oracy Nogueira (1998) explicita que a ideologia do branqueamento, abordada no início deste trabalho, relaciona-se à tendência de recusa dos traços negróides. Tais marcas corporais, que remetem à herança africana causam aversão e recusa. O *status* que o cabelo liso evoca está atrelado à lógica racista de diluição e neutralização das marcas corporais negras.

A esse respeito, Gomes (2008) aponta que:

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é a expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. (GOMES, 2008: 21).

Conforme anteriormente mencionado, o cabelo crespo representa um símbolo de afirmação de identidade. O cabelo, enquanto marca racial, assume relevância para a definição de um lugar social na escala de classificação de cor, sendo, ainda, um elemento importante para o Movimento Negro, como ressalta Figueiredo (2002). A autora (2002:06) analisa que “Na perspectiva do movimento negro, a marca do negro, antes submetido a um processo de manipulação visando ao embranquecimento, torna-se determinante na construção da identidade negra”.

Durante a transição, há uma diferença de texturas capilares entre uma parte do cabelo em crescimento, “natural”, e o cabelo alisado. Por conta disso, muitas jovens cortam os cabelos bem curtos, como forma de eliminar o cabelo liso. Esse corte, durante a transição capilar, é conhecido nas redes sociais como *big chop*; expressão em inglês que significa “grande corte”. Esta pode ser também uma forma de marcar o processo de mudança e redescobrimento da textura “natural” do cabelo. Tendo em vista que o alisamento dos fios é realizado durante muito tempo da vida, é comum o relato de mulheres, em transição, que não conheciam o próprio cabelo.

A Figura 6 indica alguns sentimentos e atitudes presentes durante o processo de transição. Cada mulher entende este processo a sua maneira, mas, através dos relatos, em meio eletrônico, é possível notar que é comum a manifestação de sentimentos como medo, desânimo e vontade de desistir da mudança. Tendo em vista que esta transformação costuma ser percebida como altamente desafiadora, os blogs, os *sites* e as páginas do Facebook oferecem apoio às jovens que optam por aderir-lá. Este suporte se dá através do esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de informações e de experiências.

Associados à transição capilar, difundiram-se, em meio digital, termos que remetem a uma nova rotina de cuidados em relação ao cabelo crespo. Alguns blogs e sites apresentam explicações sobre esta nomenclatura que se tornou um

vocabulário ligado ao crespo e cacheado. A maioria das expressões utilizadas são em inglês, como *day after*, *bad hair day*, *scab hair* e *big chop*.

**Figura 6:** Divulgação sobre a transição capilar



**Fonte:** <<http://donnamaricota.com.br/transicao-capilar/>>

Acesso em: 13 de julho de 2017.

O primeiro termo se refere ao dia seguinte à lavagem do cabelo. A orientação de especialistas e também compartilhada, em meio digital, é que o cabelo crespo não seja lavado todos os dias; na medida em que este é naturalmente ressecado. Considerando as particularidades de cada cabelo, lavá-lo em torno de duas vezes, na semana, seguido pela rotina de hidratações, seria o mais indicado. Os chamados *day afters* correspondem aos dias em que o cabelo permanece sem ser lavado, mas pode receber cremes e misturas com cremes e óleos para ser revitalizado.

O termo *bad hair day* está relacionado aos dias em que a jovem não gosta do jeito do cabelo acorda. Os blogs e canais da internet apontam cuidados e penteados como solução para estas ocasiões. O *scab hair* é uma forma de nomear o cabelo danificado que nasce durante a transição capilar. Além destes nomes, o uso do termo *big chop*, atenta para a forte influência norte-americana no processo de abandono dos alisamentos capilares. Este movimento que observamos no Brasil, há poucos anos, ocorreu antes nos EUA. O grande corte do cabelo marca o processo transicional, mas não é algo obrigatório; tem sido uma tendência a ser se-

guida e também uma forma de eliminar o processo químico capilar anterior à mudança.

Outros termos também são comumente encontrados em blogs, sites e vídeos sobre cabelos crespos, como: cronograma capilar, fitagem e umectação, por exemplo, que remetem a formas de cuidados capilares, após o processo de transição. O cronograma capilar se refere a uma dinâmica para manter os fios nutridos; a fitagem consiste em uma maneira de arrumar o cabelo cacheado ou crespo e a umectação é uma técnica de hidratação deste tipo de cabelo.

A escolha por esta mudança exige a aceitação da própria imagem, em transformação. Este processo, é possível constatar, apresenta inúmeros desafios, na medida em que o cabelo assume notável importância para as mulheres. As mencionadas comunidades virtuais, que aglutinam pessoas em torno de um interesse comum, são exemplos de suporte às jovens durante a transição capilar. Nestes grupos é comum a divulgação de imagens que revelam o cabelo alisado da jovem, antes da transformação e durante o processo transicional. Estas publicações nas comunidades, no geral, são acompanhadas de elogios e incentivo de outras meninas que podem ser estimuladas a vivenciar esta mudança capilar.

**Figura 7:** Foto publicada em blog sobre transição capilar



**Fonte:** <<http://www.statusenrolada.com.br/f-a-q/>>  
Acesso em: 05 de abril de 2018.

Com a tendência de exaltação do cabelo crespo, observa-se que os blogs, plataformas de vídeos e sites sobre a transição acabam por valorizar o “natural”, tanto em relação ao cabelo, quanto em relação aos cuidados capilares. Este fato pode levar à condenação do uso de “químicas”, como os relaxamentos e alisamentos.



Observo algumas reações a essa tendência de crítica às mulheres negras que mantêm os alisamentos ou relaxamentos capilares. Estes comentários se expressam nas redes sociais e também são temas de blogs e, em geral, exaltam a autonomia e a liberdade das jovens.

Em contraposição à “ditadura dos lisos”, é possível observar, em alguns casos, uma valorização excessiva do cabelo “natural”, sugerindo até uma certa normatização do cabelo crespo para mulheres que se reconhecem como negras. No entanto, manter o cabelo realmente “natural” significa algo longe de se tornar realidade, tendo em vista que todo produto industrializado envolve substâncias químicas.

Destaca-se o vídeo publicado por Camilla de Lucas, publicado em maio 2017, no canal com o seu nome, sobre este assunto considerado pela mesma como um dos mais pedidos por suas seguidoras. A jovem negra e de cabelo crespo “revela” que, apesar do aspecto “natural” de seus cabelos, ela continua realizando relaxamento capilar. Camilla inicia o vídeo falando do risco de substituir uma ditadura pela outra. A sua fala se refere à atual contraposição à valorização dos cabelos alisados, mas que elege outros padrões para ajustar os cabelos crespos.

Neste vídeo, com quase 200.000 visualizações, esta influenciadora digital, que também se submeteu à transição digital, explicita que demorou a decidir por voltar a usar este processo químico (relaxamento) no cabelo: “Eu me sentia muito mal porque, se eu relaxasse o cabelo, não estava me aceitando (...) parecia que eu estava contra ao que todo mundo pregava, que era o cabelo natural”. Camilla aborda um aspecto interessante que aponta para as expectativas em relação à mulher negra que adere à transição capilar. A opção pela mudança e, ao mesmo tempo o uso do relaxamento parece ser condenável e parece ferir a proposta do “natural”. Este fato é observado, especialmente, em meio digital.

Os comentários ao vídeo destacado, em sua maioria, são de apoio a atitude de falar abertamente sobre esta escolha que também é uma maneira de exaltar a autonomia feminina. As seguidoras que assinam os comentários se mostram surpresas com o aspecto natural do cabelo da jovem e o uso do processo químico. O “natural” e o “artificial” se relacionam, apresentando, este último, uma conotação negativa. A naturalidade permanece exaltada, de acordo com estas falas.

Sobre o discurso de naturalidade atrelado ao cabelo do negro, especialmente, Ângela Figueiredo (2002) considera que este valoriza a aparência do cabelo e o

uso de produtos químicos. Sendo assim, o “cabelo tido como natural é aquele que parece não ser manipulado” e não necessariamente isento do uso de produtos especializados. A autora entende que a fronteira entre o cabelo natural e o não-natural também está na utilização de técnicas e de produtos químicos que promovam a sua transformação.

**Figura 8:** Divulgação do vídeo do canal Camilla de Lucas



**Fonte:** < <https://www.youtube.com/watch?v=W3hl9XIGXJA>>  
Acesso em: 17 de abril de 2018.

O discurso de valorização do que é natural se faz presente também nos cuidados ao cabelo crespo. As jovens que divulgam vídeos e conteúdos na internet propõem “misturinhas” para fortalecer e hidratar o cabelo crespo que incluem óleos vegetais, babosa, ovo e, até mesmo frutas, como o abacate. Além da proposta de utilizar produtos não-industrializados nas receitas, observa-se a proposta de aproveitar ingredientes de baixo custo, facilmente encontrados e aproveitados em outras receitas.

Outro aspecto observado, em meio digital, e também em outros meios de comunicação é o enquadramento do cabelo, durante a transição, em referenciais que evocam a perfeição dos cachos. Vale lembrar que cada cabelo tem uma textura diferente e nem todos os cabelos crespos fazem cachos. A busca por cachos definidos e disciplinados pode se tornar outra forma de aprisionamento em um padrão de beleza. Este aspecto tem sido abordado pelas influenciadoras digitais, nas redes sociais.

Observa-se que as tranças no estilo nagô são utilizadas pelas jovens negras como uma possibilidade de penteado, durante o processo de transição. Ao realizar

pesquisa na internet e no buscador Google, os termos “trança nagô” e “transição capilar”, em conjunto, obtemos mais de 130.000 resultados. Estes penteados se tornaram mais comumente utilizados por mulheres jovens, sendo uma estratégia para enfrentar a transição capilar; na medida em que permitem a mudança de visual e o alongamento dos cabelos de quem passou pelo *big chop*. As tranças permitem, ainda, o disfarce das texturas do cabelo (a alisada e a crespa, em crescimento).

Gabi Oliveira, referência digital carioca mencionada, em matéria divulgada, em abril de 2018, para um site sobre cabelos ([www.allthingshair.com](http://www.allthingshair.com)), enumera seus aprendizados advindos do uso das *box braids*, termo norte-americano para designar um tipo de tranças soltas, feitas de material sintético, que podem ser curtas ou longas. Em vídeos e páginas na internet, são comuns as postagens que identificam e destacam cinco, dez, trinta aspectos sobre determinado assunto; sobre a temática que envolve o cabelo crespo não seria diferente.

**Figura 9:** Imagem de site especializado em cabelo



**Fonte:** <<https://www.allthingshair.com/pt-br/penteados-cortes/cabelos-crespos/box-braids-no-cabelo-crespo-gabi-oliveira/>> Acesso em: 17 de abril de 2018.

Esta publicação considera as tranças uma proteção ao cabelo, facilmente cuidadas e que permitem vários comprimentos e penteados como formas de utilização. Apesar das vantagens, Gabi Oliveira, do canal De Pretas, ressalta que as tranças causam dor e pressão na cabeça e devem ser renovadas de tempos em tempos,

na medida em que, segundo ela, apresentam “prazo de validade”. Gabi considera, ainda, que as *box braids* são uma ótima opção durante a transição capilar, já que protegem os cabelos e disfarçam a diferença entre as textura crespa e alisada, conforme abordado acima.

Ao realizar pesquisa, em meio eletrônico, observa-se que há diversos vídeos com amarrações de turbantes que podem auxiliar durante a transição capilar, entre outros acessórios de cabelo. Este conteúdo digital, no geral, ensina formas de utilização de tecido para turbantes, laços e flores no cabelo crespo em transição. Estes se tornaram objetos de consumo e sua comercialização se mostra cada vez mais presente em feiras e eventos, no Rio.

**Figura 10:** Divulgação de vídeo do canal Diva do Black



**Fonte:** <<https://www.youtube.com/watch?v=5i8obAlSJVs>>  
Acesso em 17 de abril de 2018.

A Figura 10 mostra Luany Cristina, outro destaque carioca, em meio digital, com três formas de amarração de turbantes em seu canal, chamado Diva do Black. Neste, observa-se que há dezoito vídeos sobre penteados para o cabelo crespo, sendo cerca de quatro deles apresentam maneiras de utilizar turbantes e faixas de cabelo. Em seu blog, com o mesmo nome, Luany indica dezenove amarrações de tecidos para turbante.

Sansone (2000) atenta para os processos de circulação de objetos identificados como negros e processos de mercantilização desta cultura, em regiões do país. O autor entende que determinados objetos são eleitos como representantes da cultura negra, sendo, assim, comercializados e consumidos. O uso de turbantes, tran-

ças e do penteado *Black Power*, por exemplo, pode ser identificado como parte deste processo que tende a incorporar na moda elementos que compõem a estética “afro”.

Em função da demanda por novos cuidados capilares, a tendência de mudança capilar se tornou um segmento explorado pelas grandes empresas de cosméticos. As mulheres negras, com cabelos crespos, passam a ser consideradas pela indústria de beleza e entendidas como consumidoras. O mercado que, até então, apresentava opções restritas de produtos para cabelos crespos, desenvolve produtos até mesmo para a transição capilar.

Sansone analisa que o corpo apresenta uma linguagem, através da qual a negritude pode se expressar. O autor entende o cabelo do negro como um meio para explicitar ou negar a própria “filiação étnica”. As técnicas de manipulação capilares mencionadas apresentam este significado simbólico. A transição capilar, para as mulheres negras, portanto, traduz afirmação identitária negra e a exteriorização desta.

Nilma Lino Gomes reconhece que a construção das identidades negras, no Brasil, envolve tensões e relações conflitivas. Considerando o nosso passado histórico, o corpo negro é alvo de opressões, mas ao mesmo tempo, expressa resistência e possibilidade de recriação identitária. O movimento atual de exaltação ao cabelo crespo, portanto, pode ser identificado como sendo uma forma de ressignificação estética, de caráter político.

## 5. Conclusão

O presente trabalho refletiu sobre o movimento de afirmação e aceitação do cabelo crespo e suas expressões na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa buscou apresentar um panorama do que se tem produzido na cidade, em torno desta temática, com destaque para a transição capilar e a atuação das influenciadoras digitais, que assumem expressividade, em meio eletrônico.

O tema em questão envolve assuntos que foram abordados ao longo dos capítulos, como: as relações raciais e as ideologias racistas, no Brasil; o corpo negro feminino; o cabelo do negro enquanto símbolo de identidade e resistência e o processo de positivação e valorização do crespo.

O cabelo crespo é entendido como uma marca corporal negra, historicamente depreciada, mas que, no passado e, atualmente, representa um ícone identitário. Observa-se que a atual valorização do cabelo do negro assume caráter político, o que reforça a luta contra os referenciais de beleza eurocêntricos e manifesta o combate ao racismo.

O orgulho do cabelo crespo é fruto da mobilização de mulheres jovens, que se organizam através das redes sociais e ganham os espaços públicos. Além das manifestações políticas, a transição capilar e a valorização do crespo reúnem as jovens em redes virtuais de suporte e apoio mútuo para esta mudança que, no geral, impacta a sua subjetividade.

No Rio de Janeiro, associada à valorização do crespo, observa-se ainda a realização de eventos, encontros, marchas, feiras, filmes exaltando a estética negra e estimulando a autonomia sobre o corpo feminino. A indústria de cosméticos desenvolve opções de produtos específicos para cabelos crespos, em transição. Os salões especializados incrementam a sua clientela; além disso, feiras e lojas investem em acessórios, como os turbantes. Estes aspectos compõem o cenário estudado, que não se reduzem à estética, representam um movimento de caráter político e de exaltação à autoestima da mulher negra.

A pesquisa em meio digital aponta que a transição capilar, no geral, envolve o “grande corte” do cabelo, o uso de receitas caseiras para os cuidados capilares, utilizam turbantes e adornos e, até mesmo, tranças soltas que podem contribuir

durante a transição. Este processo pode desencadear a afirmação da identidade negra e conta com o suporte em sites, blogs e redes sociais, nos quais as jovens compartilham seus sentimentos, trocam informações sobre os cuidados com o cabelo e também produzem seus conteúdos.

Apesar dos aspectos mencionados, observou-se que não há uma receita estabelecida para passar por esta mudança. Considerando que a autonomia e a liberdade feminina são também evocadas pelo movimento, é importante não substituir a “ditadura do liso” pela proposta de cachos perfeitos e comportados ou a idealização do cabelo natural, sem qualquer química de transformação.

O movimento de valorização do cabelo crespo, que apresenta a transição capilar como impulsionadora de outras transformações, iniciou como uma tendência nas redes sociais e vem sendo utilizado pela indústria da beleza, enquanto nicho mercadológico. Considera-se que este movimento não se reduz a um modismo e representa uma forma de ativismo que apresenta o cabelo como forma de expressão. Em um contexto de reconhecimento governamental do racismo estrutural e das desigualdades raciais, além do desenvolvimento de ações públicas e privadas voltadas para corrigir este cenário, o mencionado movimento se amplia e assume caráter político, de empoderamento negro, também através da estética.

## 6.

**Referências bibliográficas**

AGUIAR, M.M.; ANDRADE, R. de; MARQUES, E. P.de S.; ALMEIDA, F. A. de. Ação afirmativa e inclusão étnico-racial: estudo preliminar das políticas de acesso e permanência na Universidade Federal da Grande Dourados entre 2011 e 2013. In: **O Social em Questão**. nº. 32, Rio de Janeiro: PUC:Rio, Departamento de Serviço Social, 2014.

BAIRROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil, **Afro-Ásia**, nº 17, 1996. <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20863>>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção et al. (orgs.). **De Preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o Negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

CARVALHO, José Jorge. **Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele**. In: Revista Cinética - Programa Cultura e Pensamento, 2007. Disponível em: <[http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose\\_jorge.htm](http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.htm)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer; atualização para a 6ª edição: Jussara Simões. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CLAPP SALVADOR, Andréia. Política de Ação Afirmativa nas Universidades Brasileiras: o papel protagonista dos movimentos sociais. In: NEVES, Angela V. (Org.) **Democracia e participação social**. Campinas, Papel social, 2016.

COSTA, Jurandir Freire. Da Cor ao Corpo: A Violência do Racismo. In: **Violência e Psicanálise**. (2ª. ed.). Rio de Janeiro, Graal, 1984.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Tempo**. vol. 12, nº 23, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

FIGUEIREDO, Angela. **Beleza Pura: Símbolos e Economia ao Redor do Cabelo Negro**. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. UFBa. Salvador. 1994.



\_\_\_\_\_. **Cabelo, Cabeleira, Cabeluda e Descabelada: Identidade, Consumo e Manipulação da Aparência entre os Negros Brasileiros**. XXVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, outubro de 2002. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt17-14/4475-afigueiredo-cabelo/file>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

GANDAVO, Gandavo, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

GENNEP, Arnold Van. **Os Ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc**. Petrópolis, Vozes, 1977.

GOOGLE BrandLab. Dossiê Brand Lab: A Revolução dos Cachos, Jul/2017. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/revolucao-dos-cachos/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília. Ano 38, n. 151, 2001. Disponível em: <<http://www.adami.adv.br/artigos/19.pdf>>. Acesso em 04 de dezembro de 2017.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: FIGUEIREDO, Ângela & CRUZ, Cintia. **Beleza negra: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negra**. EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

\_\_\_\_\_. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 33, nº 120, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 13 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Minas Gerais. Autêntica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, jan./jun. 2003a. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27905/29677>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, 2003b. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

\_\_\_\_\_. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.), Stuart Hall & Woodward, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10 ed. – Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

HASENBALG, Carlos. & SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: Hasenbalg, C.; Silva, N.V. & Lima, M. (orgs.). **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contracapa (1999).

HERINGER, Rosana. Um Balanço das Políticas de Ação Afirmativa no Brasil: 1995-2005. In: **Revista Advir**, nº 19. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://nepisufsj.files.wordpress.com/2016/04/advir19online-1.pdf>> Acesso em: 05 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Ação afirmativa: estratégias pós-Durban**. Observatório da Cidadania-Brasil: Ibase, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileirob2002\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileirob2002_bra.pdf)> Acesso em: 20 de junho de 2015.

HOOKS. Bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** – Union de escritores y artista de Cuba, Tradução Lia Maria dos Santos, p. 1-8, Jan-Fev. 2005. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B7flamkJqRINMGY2MjAyYmYtNTA5Yy00N2M1LTlhNmQtNzU5MzI3NDBkNDhh/view?ddrp=1&hl=pt\\_BR#](https://drive.google.com/file/d/0B7flamkJqRINMGY2MjAyYmYtNTA5Yy00N2M1LTlhNmQtNzU5MzI3NDBkNDhh/view?ddrp=1&hl=pt_BR#)>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

JACCOUD, Luciana (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos** - Brasília: Ipea, 2009. Disponível em:

<<http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/ff61d6ef075407af5be240307c2dd721.pdf>> Acesso em: 12 de julho de 2015.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André & CUNHA, Paulo. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 12 ed. São Paulo, Editora 34, 2006.

LODY, Raul. **Cabelos de Axé: Identidade e Resistência**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2004.

LOPES, Dailza Araújo. **O gênero, a etnicidade e os deslocamentos identitários frente as demandas de representação social**. In: V Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015, Cachoeira, BA. Disponível em: <[https://www1.ufrb.edu.br/sppgcs/images/Artigo\\_Etnicidade.pdf](https://www1.ufrb.edu.br/sppgcs/images/Artigo_Etnicidade.pdf), 2015>. Acesso em: Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

MALACHIAS, Rosângela. **Cabelo bom. Cabelo ruim**. Coleção percepções da diferença. Negros e brancos na escola. Vol.4, São Paulo: NEINB, 2007.

MATTOS, Guedes Ivanilde de. Estética afro-diaspórica e o empoderamento crespo. Pontos de Interrogação, Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Alagoínhas, BA, v. 5, n.2, jul./dez., 2015. Disponível em: Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU, 1974.

MISKOLCI, Richard. **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais**. Cronos, Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, v. 12, nº 2, jul/dez, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160/pdf>> Acesso em: 13 de março de 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**, Petrópolis, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, Abril 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

NOGUEIRA, Isildinha B. O Corpo da Mulher Negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, nº 135. 1999.

\_\_\_\_\_. **Significações do corpo negro**. Tese de Doutorado, Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga** (apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti). São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação material sobre relações raciais no Brasil. In O. Nogueira (org.), **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**, São Paulo, T.A. Queiroz.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: PRIORE, Mary Del & AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações. Viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção do imaginário Ocidental acerca da África. In: **Em Tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB**, n. 9, Brasília, 2005.

PEREIRA, Cláudio Luiz & SANSONE, Livio (orgs.). **Projeto UNESCO no Brasil : textos críticos**. Salvador : EDUFBA, 2007.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, 7, 1996. Disponível em:

PINHO, Osmundo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. **Estudos Feministas**, 2005.

PINHO, Patrícia de Santana. A África no Corpo. In: **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura militar e Racismo no Rio de Janeiro. **Relatório de Pesquisa para Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro, 2015.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. **Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais**. Revista PANORAMA, PUC de Goiás, Goiânia, v. 7, 2017.

RODRIGUES, José Carlos. **O Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro. Edições Achiamé Ltda, 1975.

RODRIGUES, José Carlos. O corpo como construção social. In: Basto, Leila Marrach & Puccini, Rodolfo. (Orgs.). **Questões sobre a ética e a inocência do método**. São Paulos: Anablume/Fapesp, 2014.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132000000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba: Pallas, 2003.

SANTOS, Jocélio Teles. **O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos**. Estudos afro-asiáticos nº38. Rio de Janeiro. Dezembro, 2000.

SANTOS, Márcio André de O. dos. Política Negra e Democracia no Brasil Contemporâneo: Reflexões sobre os Movimentos Negros. In: PAULA, M. de P. & HERINGER, Rosana (Orgs.) **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

SANTOS, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. 2007. 554p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1973/1/Tese%20Sales%20versao%20final%203.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR. and GLICK, T. orgs. In: **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1993. Disponível em: <[http://dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas1993/anuario93\\_giraldaseyferth.pdf](http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1993/anuario93_giraldaseyferth.pdf)>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In; MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: CCBB, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.), Stuart Hall & Woodward, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 79, pp. 5-15, 1991

WERNECK, Jurema. **Ou belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias**. 2005. Disponível em: <  
[http://www.criola.org.br/artigos/artigo\\_ou\\_o\\_belo\\_ou\\_o\\_puro.pdf](http://www.criola.org.br/artigos/artigo_ou_o_belo_ou_o_puro.pdf)>.  
 Acesso em 20 de outubro de 2017.

### **Sites Consultados:**

<https://mundonegro.inf.br/livro-crespinhos-sa-autoestima-das-criancas-negras-por-meio-da-beleza-e-representatividade/>. Consulta em: 08 de fevereiro de 2018.

<http://cacheia.com/>. Consulta em: 02 de outubro de 2018.

<https://cosmopolitan.abril.com.br/beleza/ludmilla-mostra-com-exclusividade-seu-cabelo-natural-a-cosmo/>. Consulta em: 11 de março de 2018.

<https://pt-br.facebook.com/CrespinhosSa/>. Consulta em: 12 de fevereiro de 2018.

<https://www.geledes.org.br/kbela-e-selecionada-para-festival-de-roterda/>. Consulta em: 05 de fevereiro de 2018.

<https://www.geledes.org.br/yasmin-thaynakbela-o-negro-e-o-unico-individuo-no-brasil-que-precisa-se-assumir-enquanto-sua-propria-racaetnia/>. Consulta em: 05 de fevereiro de 2018.

<http://www.negrarosa.com.br/2016/10/dia-das-criancas-crespinhos-sa.html>  
<https://www.agambiarra.com/sete-meninas-crespas/>. Consulta em: 12 de fevereiro de 2018.

<https://www.geledes.org.br/100-livros-infantis-com-meninas-negras-50100-parte-i/>. Consulta em: 15 de fevereiro de 2018.

<https://cristianesobral.blogspot.com.br/2012/08/pixaim-eletrico.html>. Consulta em: 27 de abril de 2018.

<https://www.youtube.com/channel/UCqLIHbcTtcXmht6xB6WNFcg>. Consulta em: 05 de abril de 2018.

<https://www.youtube.com/user/luany77>.  
Consulta em: 05 de abril de 2018.

<https://www.youtube.com/channel/UCF108KZPnFVxP8IILiJ1kng>.  
Consulta em: 05 de abril de 2018.

<https://meajudenatransicao.com.br/home/>. Consulta em: 10 de outubro de 2017.